

14 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

# Para 9 entre 10, violência contra mulheres aumentou

## Homens que querem comprar arma têm visão menos positiva do feminismo

SÃO PAULO A percepção de que aumentou a violência contra a mulher no último ano fica ao redor de 90% em todos os estratos etários e sociais.

Os maiores índices são registrados entre mulheres (93%) e brasileiros com ensino médio (94%). Nesses dois grupos, 85% e 86%, respectivamente, concordam totalmente com a afirmação de que cresceu a violência contra mulheres.

Os menores índices aparecem entre as mais ricas, com renda familiar mensal superior a 10 salários mínimos (R\$ 9.980 em 2019). Ainda assim, 85% delas veem alta.

Embora a polarização política afete as opiniões sobre feminismo e sobre outras questões econômicas e sociais do país, não há diferença nessa percepção entre os que votaram em Jair Bolsonaro (PSL), Fernando Haddad (PT) ou branco ou nulo na eleição presidencial de 2018: 90% dos bolsonaristas e 92% dos restantes acham que a violência cresceu no ano passado.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que compila e classifica dados sobre esse fenômeno, ainda não tem resultados para 2018.

Nos últimos dados disponíveis, os feminicídios (quando o crime é cometido por menosprezo à condição feminina) cresceram 21% de 2016 para 2017, chegando a 1.133 casos em 2017, 1,1 para cada 100 mil mulheres.

Os homicídios com vítimas mulheres subiram 6,1%, chegando a 4.539 em 2017, 4,3 por 100 mil mulheres.

Os registros de violência doméstica e lesão corporal dolosa por 100 mil indivíduos ficaram estáveis. Foram 184 casos por 100 mil mulheres em 2017, num total de 193.482 registros. O número equivale a 22 casos por hora.

Os registros, porém, são uma pequena parcela dos casos de violência. Datafolha feito em fevereiro mostrou que 22% das mulheres que sofreram alguma agressão no último ano procuraram um órgão oficial.

Mais de um quarto (27%) delas relatou ter sofrido agressão em 2018. Insultos e humilhações foram o mais comum, mas ao menos 1 em cada 10 foi atacada fisicamente.

Para Thandara Santos, conselheira do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a percepção de alta da violência acontece não só porque esse tema tem sido mais visível, mas também pelo debate recente sobre acesso mais fácil a armas.

“Não é possível falar sobre armas sem tratar também de violência contra mulheres. Há potencial para aumentar o número de feminicídios, porque essa violência acontece principalmente no ambiente doméstico”, diz.

Pesquisa do núcleo de gênero do Ministério Público de São Paulo mostra que 42% das agressões contra mulheres ocorre na casa da vítima.

De 2017 para 2019, o percentual de mulheres que dizem

ter sido agredidas por pessoas conhecidas (companheiros ou ex-companheiros, vizinhos e familiares) aumentou de 61% para 76%.

Segundo o levantamento do Datafolha, a visão do feminismo é menos positiva na parcela de 30% dos homens que dizem pretender comprar armas para se defender, a partir da flexibilização promovida pelo governo.

Entre os que querem se armar, 47% dizem que o feminismo causa mais prejuízos que benefícios para a sociedade, e 40% veem mais benefícios. No outro grupo (os 70% que não pretendem se armar), a maioria (52%) vê mais benefícios que prejuízos; 38% acham o contrário.

O apoio ao feminismo também é menor no grupo que quer comprar armas: 44%, contra 47% que não o apoiam. Entre os que não querem se armar, 55% declaram apoio e 37% dizem não apoiar.

Embora a Lei Maria da Penha (de proteção a mulheres) seja considerada modelo no mundo, sobressaem os que discordam de que as leis brasileiras sejam adequadas para proteger as mulheres: 64% das não feministas, 57% das feministas, 54% dos homens pró-feminismo e 50% dos homens que não apoiam o feminismo.

CONTINUA

“O gargalo não está na legislação, que é fruto de um consenso amplo. Está na não aplicação plena da lei, que é falha”, diz a presidente da comissão de diversidade sexual da OAB-SP, Marina Ganzarolli. Para ela, o sistema de proteção às brasileiras vítimas de violência é muito falho.

“Faltam equipamentos de saúde, assistência social e acolhimento institucional para mulheres em risco. O dia a dia ainda é de descaso com a mulher que denuncia”, diz ela.

Thandara chama a atenção para o fato de que a legitimação por figuras públicas de ideias machistas e as tentativas de evitar que questões de gênero sejam abordadas nas escolas podem prejudicar a prevenção da violência contra mulheres.

“Há um acirramento de posições, mas ninguém sabe bem do que está falando quando se usa o termo ‘ideologia de gênero’. Na prática, estamos falando de ensinar desde a infância que deve existir igualdade entre homens e mulheres, o que é ponto central para prevenir a violência futura.”

Para Flávia Biroli, da UnB, o crescimento de organizações de garotas em escolas “pode explicar parte da forte reação conservadora recente”. “Existe uma mudança muito grande na maneira como as meninas estão se vendo, por isso a escola virou um alvo prioritário.”

A polarização do discurso político aparece na avaliação da cobertura da imprensa em casos de violência contra a mulher, mostra o Datafolha.

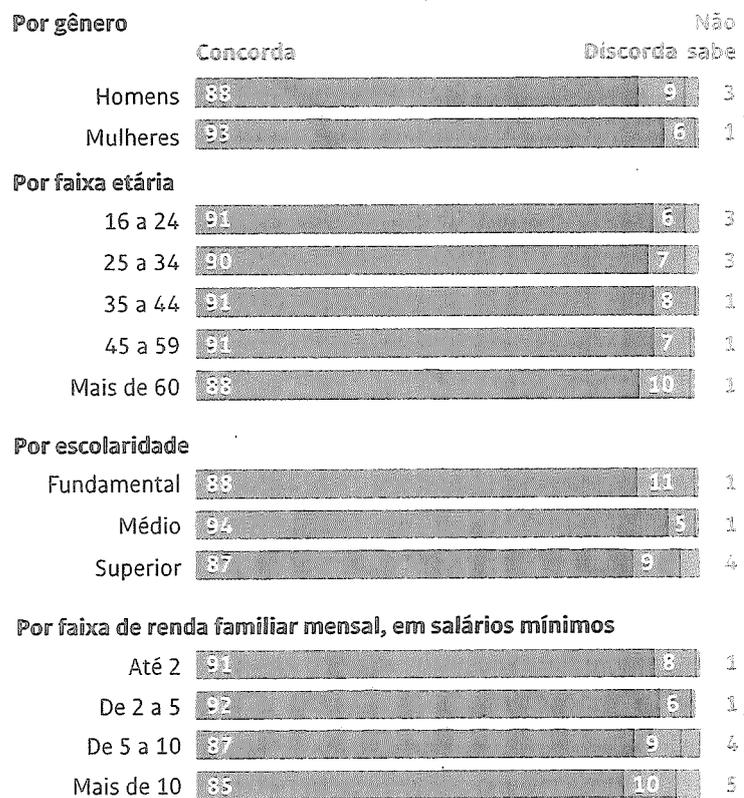
Para dois terços dos que votaram em Haddad, nulo ou branco, não há exagero na exposição desses casos.

Já os que elegeram Bolsonaro se dividem sobre essa afirmação: 48% veem exagero na exposição, enquanto 49% discordam da tese.

No total dos brasileiros, 57% aprovam a cobertura da imprensa e 41% a consideram exagerada.

### Percepção de violência contra mulher é alta em todos os estratos

A violência contra a mulher aumentou no Brasil no último ano?

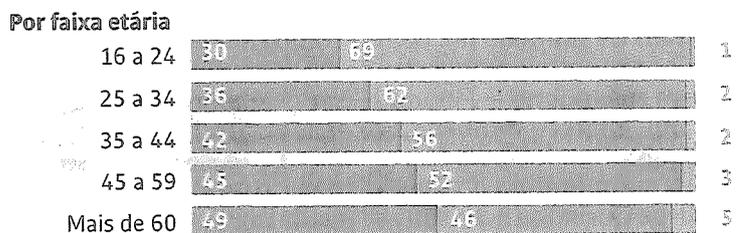


E maioria não vê exagero na imprensa

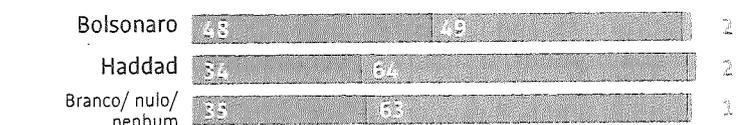
### A imprensa exagera na exposição dos casos de violência contra a mulher?



Mas opinião fica dividida entre mais velhos e eleitores de Bolsonaro



### Por voto declarado em 2018



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.086 entrevistas realizada entre 2 e 3 de abril em 130 municípios de todo o Brasil; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

# Feminismo é mais bem avaliado entre homens que entre mulheres

Para pesquisadores, visão estereotipada dificulta identificação; Datafolha mostra apoio a questões de igualdade entre sexos

Ana Estela de Sousa Pinto

SÃO PAULO A avaliação do feminismo é mais positiva entre os homens que entre as mulheres brasileiras, mostra pesquisa Datafolha. Para 48% deles, o feminismo traz mais benefícios que prejuízos às mulheres, enquanto 41% vêem mais prejuízo que benefício.

Entre as mulheres, há empate técnico: 43% dizem que há mais benefícios e 41%, mais prejuízos (veja quadro).

Quase metade dos homens (49%) vê mais benefícios para a sociedade, e 41% têm opinião inversa. Entre as mulheres, 45% acham que há mais benefícios e 38% mais prejuízos.

A pesquisa ouviu 2.086 brasileiros com 16 anos ou mais (1.095 mulheres e 991 homens), em 130 municípios de todo o país, nos dias 2 e 3 de abril. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

A parcela de homens que apoiam o feminismo também supera a de mulheres que se consideram feministas. Eles são maioria (52%); elas, minoria (39%).

Independentemente da afinidade com o feminismo, mais de dois terços do total concordam com teses feministas como a de que o espaço ocupado por mulheres na política hoje é menor que o suficiente.

Em fevereiro, 86% discordaram da ideia de que mulheres devem se dedicar só à casa e aos filhos, e 64% concordaram que elas ganham salário menor simplesmente por serem mulheres, mostrou pesquisa Datafolha feita com a mesma metodologia, em parceria com a ONG Oxfam Brasil.

Se há apoio majoritário a causas feministas, por que a identificação com o feminismo não é equivalente?

“A palavra vem carregada de estereótipos, e o avanço do conservadorismo cria barreiras para que as pessoas se reconheçam como feministas”, diz Marina Ganzarolli, presidente da comissão de diversidade sexual da OAB-SP.

Mas ela vê avanços na aceitação de ideias feministas. “Termos como cultura do estupro agora fazem parte do debate.”

É justamente porque o feminismo conseguiu tornar legítimas questões de igualdade entre os sexos que há reação, tentando associá-lo a algo contra valores, família e maternidade, opina a professora de ciência política da UnB Flávia Biroli. “É uma caricatura, mas que tem efeito grande em alguns segmentos.”

A imagem estereotipada de que feministas não se depilam, não se maquiavam nem gostam de homens faz com que o termo atraia menos mulheres mais pobres — fenôme-

no que aparece também na pesquisa Datafolha—, escreveu a pesquisadora do King's College Christina Scharff.

Em pesquisas na Alemanha e na Grã-Bretanha, mulheres afirmaram rejeitar o termo feminista por sua conotação de ódio aos homens, lesbianismo ou falta de feminilidade.

Ainda que haja feministas que tratem homens como inimigos, essa oposição não é consenso nem majoritária.

“Assim como há muitos feminismos, existem muitas masculinidades, e só uma é tóxica: a que parte do pressuposto de que o homem tem que ser bruto e agressivo. Em vez de precisar trabalhar só com a garota vítima de estupro, quero trabalhar com o garoto sobre o que é consentimento. Precisamos envolver cada vez mais os homens nessa conversa”, diz Marina.

Nem sempre é fácil, porém. Alguns autores defendem que, como eles não vivem a opressão das mulheres, não podem ser chamados de feministas, mas de pró-feministas.

Coautor de estudo sobre o tema, o professor de psicologia da Universidade Federal de Pernambuco Benedito Medrado atribui às mulheres o impulso para questionamentos masculinos recentes. “Ao rever o lugar das mulheres, o feminismo nos colocou a pensar onde estamos na vida familiar e na vida pública”, diz.

**CONTINUA**

No estudo, os pesquisadores (dois homens e uma mulher) defendem que, se “mulher” é construção social, homens podem ocupar esse lugar, “abrindo outros horizontes de negociação, sem abster-se do conflito que esse trânsito pode provocar ou intensificar”.

A parcela de brasileiras que afirma ser feminista é minoritária (38%), mas comparável aos 34% das britânicas que responderam ao instituto YouGov no ano passado.

Considerando ambos os gêneros, disseram-se feministas 8% dos alemães, 17% dos finlandeses, 22% dos dinamarqueses, 33% dos franceses e 40% dos holandeses.

Nos EUA, só 10% dos homens e 20% das mulheres de 18 a 35 anos (os chamados millennials) se identificavam como feministas em pesquisa da Universidade de Chicago.

Já no Brasil, tanto feministas assumidas como homens apoiadores são mais frequentes entre os mais jovens.

De cada 10 brasileiros entre 16 e 24 anos, 6 veem mais benefícios que prejuízos às mulheres e à sociedade em geral.

Nas mulheres entre 16 e 24 anos, há empate entre as que se consideram feministas e as que não se consideram: 47% a 48%. A vantagem é de 54% a 41% entre as estudantes.

Também há apoio maior entre os mais ricos. Em parte, isso se deve ao fato de que há vários feminismos, e suas conquistas não atingem de forma uniforme todas as mulheres, observa a especialista em direito do trabalho Regina Stela Corrêa Vieira, pesquisadora do Cebrap.

Há ganho evidente em profissões de nível superior e em empresas mais internacionalizadas, e mais desigualdade e injustiça maiores em serviços menos qualificados, diz ela.

Mulheres negras têm também pautas específicas, afirma Natália Neris, doutoranda na USP. “Enquanto as brancas lutaram por acesso ao mercado de trabalho, as negras trabalham desde que chegaram

como escravas. Diferenças salariais são mais desproporcionais, a violência é maior e as negras são mais vítimas de feminicídios”, diz ela.

O Datafolha mostra que a avaliação de que o feminismo traz benefícios é mais frequente entre negras (pretas e pardas) que entre as brancas.

A diferença aparece também no discurso, diz Regina. “O feminismo de Hollywood é preocupado com valores que não dialogam com os de uma empregada doméstica, que até 2013 não tinha jornada de trabalho limitada.”

Ainda que com causas diferentes, o tema ganhou espaço ao ser estampado em camisas da grife Dior, shows da cantora Beyoncé e palestras da atriz Emma Watson, observa Marina Ganzarolli, da OAB-SP. “O feminismo ficou pop, e, ao virar mercadoria, democratizou o que antes estava encastelado na academia.”

No recorte por religião, a maioria das agnósticas (57%) é feminista assumida. Já entre todos os evangélicos, 47% afirmam que o feminismo traz mais prejuízos à sociedade (38% veem mais benefícios).

Sob o guarda-chuva evangélico, porém, há muita diversidade, observa a professora da USP Jacqueline Moraes Teixeira, que estudou questões de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus.

Vertentes consideradas mais progressistas defendem planejamento familiar, vasectomia e legalização do aborto, por exemplo. Mas essa pauta não aparece como feminista e, sim, como modernização da família, ressalta.

Jacqueline acompanhou debates sobre o tema em templos e redes sociais no ano passado e diz que, embora tenha observado um crescimento do conservadorismo, não há consenso definido.

A polaridade acentuada da eleição presidencial de 2018 aparece no Datafolha. Eleitores do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que critica a chamada “ideologia de gênero” (a

ideia de que gêneros são construções sociais), veem mais prejuízos que benefícios para a sociedade (48% a 39%).

A opinião é inversa entre os que votaram em Fernando Haddad (57% veem mais benefícios; 30%, mais prejuízos).

A porcentagem de bolsonaristas feministas é 32%, contra 49% das eleitoras de Haddad, e os homens que elegeram o presidente estão divididos (49% apoiam o feminismo e 40% não), enquanto são pró-feminismo 59% dos que votaram em Haddad.

Para Flávia Biroli, da UnB, isso acontece porque o termo feminismo acabou sendo associado apenas a movimentos de esquerda, mesmo que isso não corresponda à realidade.

## FEMINISMO?

O que é

Defesa de igualdade social, econômica e política entre homens e mulheres

## As pioneiras

Em 1848 nos EUA há a 1ª convenção pelos direitos das mulheres. Sufragistas lutam pelo direito ao voto

## Segunda onda

A partir de 1960, surgem três linhas: liberal, que foca espaço nas estruturas de poder; radical, que prega revolução das instituições, e cultural, que critica as outras por ‘masculinizar as mulheres’

## Terceira onda

Na virada do século, questiona conceitos de beleza e sexualidade. Defende um contínuo entre feminilidade e masculinidade, onde qualquer um pode entrar

## Quarta onda

Assédio sexual, cultura do estupro e movimentos como #metoo se sobressaem

## No Brasil hoje

Mulheres são 51,6% da população, 15% do Congresso, 45,6% dos trabalhadores, 26% dos diretores de empresa; Brasil é 85º entre 145 países em ranking de igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial

CONTINUA

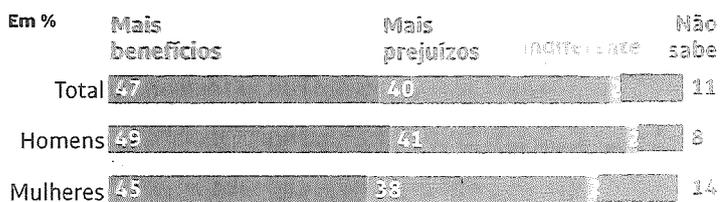
14 ABR 2019

# FOLHA DE S. PAULO

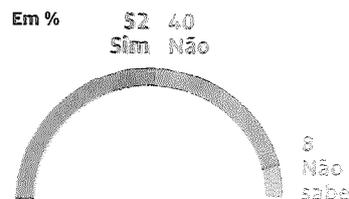
## CONTINUAÇÃO

### Avaliação do feminismo é mais positiva entre os homens que entre as mulheres

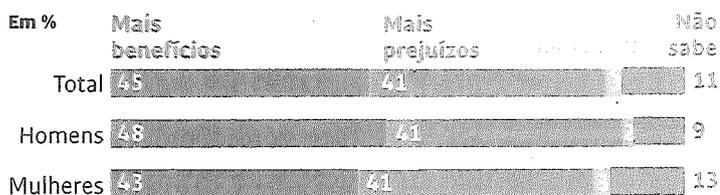
O feminismo traz mais benefícios ou mais prejuízos para a sociedade?



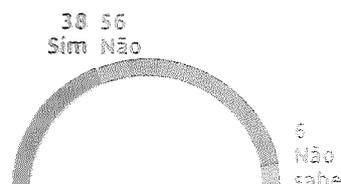
E há mais homens que dizem apoiar o feminismo...



O feminismo traz mais benefícios ou mais prejuízos para as mulheres?

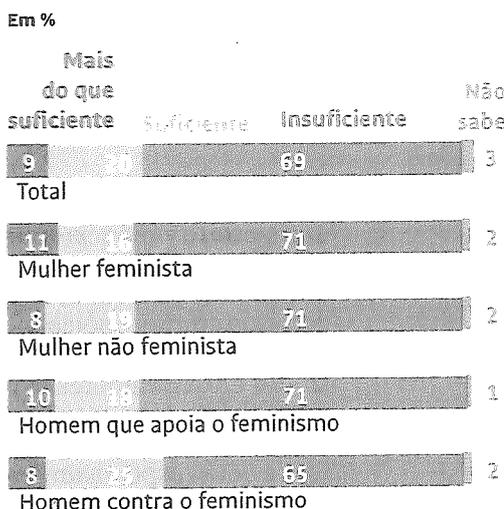


... que mulheres que se dizem feministas

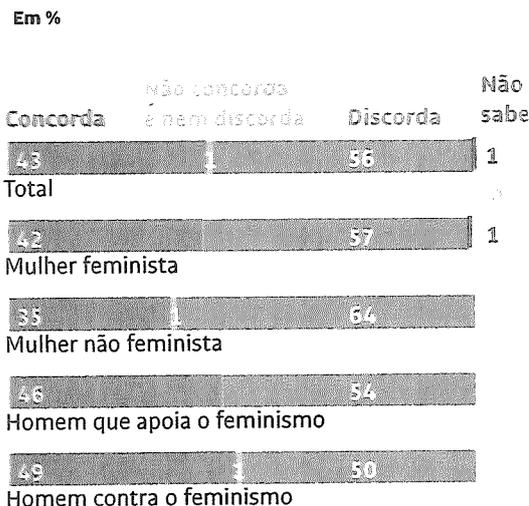


### Pautas feministas encontram apoio mesmo entre os não simpatizantes

O espaço ocupado pelas mulheres hoje na política é



As leis no Brasil são adequadas para proteger as mulheres



Fonte: Pesquisa Datafolha com 2.086 entrevistas realizada entre 2 e 3 de abril em 130 municípios de todo o Brasil;

margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%

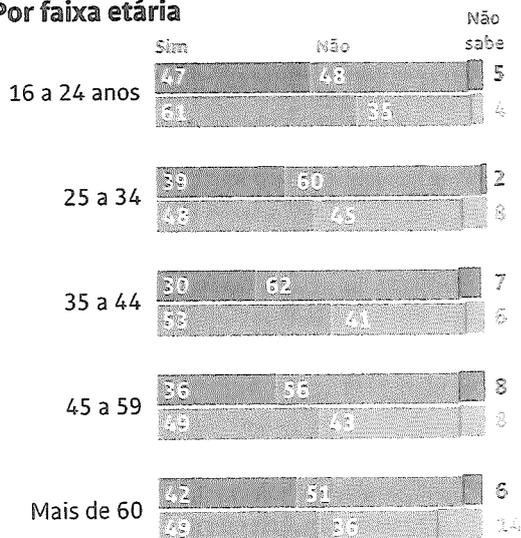
CONTINUA

## Feminismo e seu apoio são mais comuns entre mais jovens, mais ricos e agnósticos

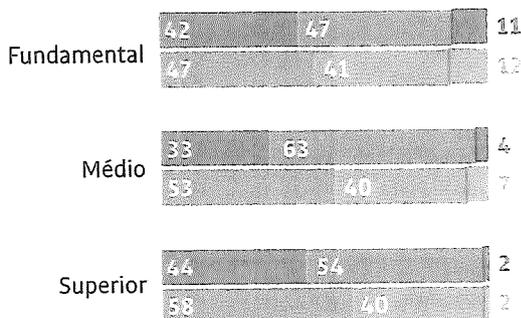
Pergunta feita para as mulheres "Considera-se feminista?" e para os homens "Apoia o feminismo?"

■ Mulheres  
■ Homens

### Por faixa etária

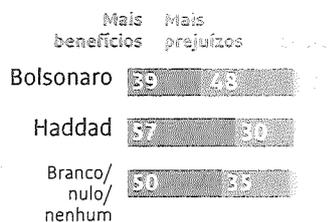


### Por escolaridade

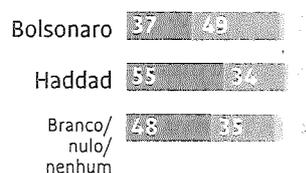


## Polaridade eleitoral afeta também imagem do feminismo

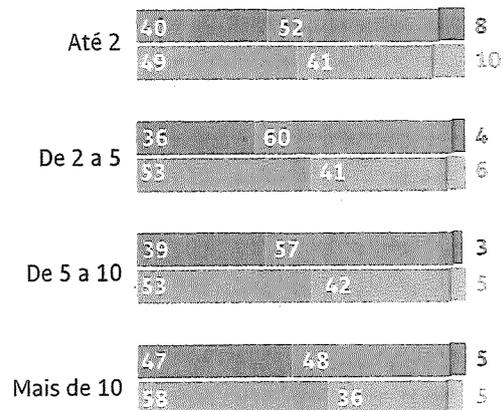
Por voto declarado em 2018, em %  
O feminismo traz mais benefícios ou mais prejuízos para a sociedade?



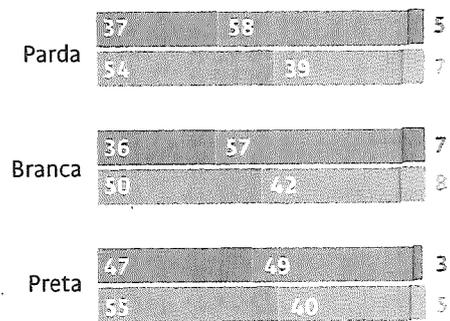
O feminismo traz mais benefícios ou mais prejuízos para as mulheres?



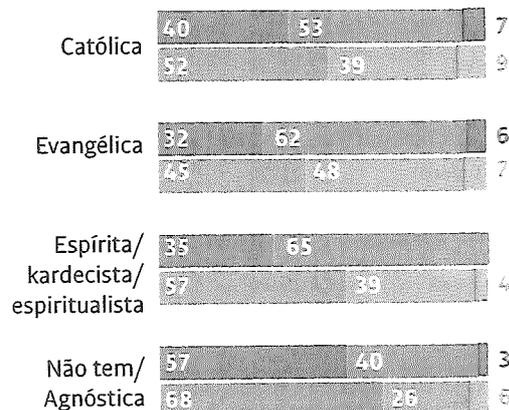
## Por faixa de renda familiar mensal, em salários mínimos



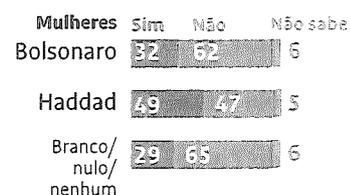
## Por cor da pele



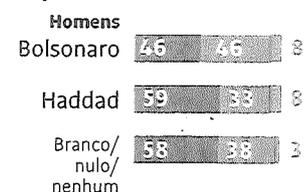
## Por religião



## "Considera-se feminista?"



## "Apoia o feminismo?"



CONTINUA

# Ideologias opostas apartam mulheres vítimas de abuso

Agredida por namorado, Luiza Brunet defendeu  
Bolsonaro e dividiu feministas

Anna Virginia Balloussier

RIO DE JANEIRO “Nem uma a menos”, diz o mote feminista que começou na Argentina e se espalhou pelo movimento. Algumas mulheres, contudo, sentem-se deixadas para trás por suas congêneres. Tudo porque têm uma ideologia indigesta para elas.

Isso acontece da direita à esquerda. A secretária de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos do estado do Rio, Fabiana Bentes, puxou a discussão em março: “A gente tá vendo um monte de mulher se afogar e se perguntando: ‘Será que eu salvo?’”.

Fabiana estava num evento de sua pasta que lançou um projeto para mapear o assédio em ambiente de trabalho. Ao seu lado, Luiza Brunet.

A atriz teve quatro costelas quebradas após uma briga, três anos atrás, em Nova York, com seu então namorado, o empresário Lirio Parisotto.

Algumas feministas, nicho em geral associado ao campo progressista, a acolheram até certo ponto. Luiza se sentiu isolada após ficar clara sua simpatia por Jair Bolsonaro, que já disse que não estupraria uma mulher porque ela “não merece” de tão feia que seria.

Luiza foi à posse dele e, em fevereiro, agradeceu seu filho, o deputado Eduardo Bolsonaro, pelo “compromisso com as mulheres”. Disse mais: “A gente precisa realmente de uma visão masculina de um homem bonito como você”.



A secretária de Direitos Humanos do RJ, Fabiana Bentes Raquel Cunha/Folhapress

Eduardo já foi acusado por Patricia Lélis, jornalista que trabalhou no PSC quando ele era do partido, de ameaçá-la. Há prints de mensagens que enviou a ela: “Você vai se arrepender de ter nascido. [...] Num (sic) pode me envergonhar, vagabunda”.

Se Luiza o defende, seria ela merecedora de apoio? Na internet, várias mensagens concluíam: claro que não. Uma,

por exemplo, levantou a hipótese de que Luiza foi oportunista ao mover “uma ação milionária” contra o ex.

“Me julguem! Mas andar com o filho do Bozo [apelido de Bolsonaro entre seus detratores], chamando isso de movimento feminista... Soa interesse”, escreveu uma mulher.

Para a escritora e colunista da Folha Antonia Pellegrino, a polarização “produz uma espécie de cegueira para o que há em comum entre nós”.

E isso pode acontecer dentro das próprias patotas ideológicas. A estudante Laura Marquesi, 20, conta que, num ato no Dia Internacional da Mulher, esbravejou quando um grupo começou a gritar “Lula Livre”. Até gosta do ex-presidente, mas achava que ali não era lugar.

Um “esquerdomacho”, que Laura descreve como “o cara que fica pagando de progressista mas é babaca igual ao machistazinho de direita”, ameaçou sair no tapa.

“Sabe o pior? As meninas que estavam com ele não fizeram p... nenhuma. Uma riu.”

A turismóloga Talita Freitas, 31, é bolsonarista roxa. Para ela, Bolsonaro tem “essa fala meio agressiva” para dar um jeito no país. Mas “muitos homens de direita” confundiram tudo e “começaram com hábitos feios, agir como se ele fosse o general deles”.

**CONTINUA**

14 ABR 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

Talita mostra à Folha o post de um desses direitistas: “A mulé se diz de direita e vem com mimimi de feminista. Oh, carai, tu é de direita ou tu é suvaco peludo?”. Várias mulheres curtiram.

Se fosse se abrir com uma feminista, digamos, “típica” (de esquerda), ela especula o que ouviria de volta: “Por ser de direita tenho que aguentar isso calada”.

É a lógica da mulher que, se usa minissaia, está pedindo para ser assediada. Só que, nesse caso, é a conservadora que sabia onde estava se metendo, então azar o dela.

Caso a mulher seja uma nêmesis ideológica, vale até apelar para o politicamente incorreto que a esquerda tanto critica na direita. Como espezinhar a aparência dela.

A jornalista Cynara Menezes, do blog Socialista Morena, assim o fez, ao chamar a ministra Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos) de “baranga” no Twitter. Mais: “Toda vez que um reaçã vier atacar você, mulher de esquerda, manda ele **CASAR COM A DAMARES**”.

Atitudes assim são exceção entre progressistas. Pior é “o outro lado”, que as transforma em regras, diz Laura, a estudante que foi na manifestação do Dia da Mulher.

Amigas do colégio “votaram quase todas no Bolsonaro”, conta. Uma delas, petista, foi assaltada há duas semanas e virou alvo de chacota. “Ficaram falando que a esquerda trata bandido como coitadinho, então bem feito.” Ela e a amiga vítima pararam

de falar com as ex-colegas.

Laura prefere nem dar o sobrenome que usa nas redes sociais, com medo de ataques.

Mestre em gênero, mídia e cultura pela London School of Economics, Joanna Burigo vê no caso Luiza Brunet uma forma de desmistificar a violência doméstica. “Se a Luiza, que é quem é, foi vítima, nenhuma mulher está imune.”

Fundadora da Casa da Mãe Joanna, portal feminista, ela segue com uma ressalva: “Acho difícil fazer uma defesa da Luiza quando ela solidariza com a família Bolsonaro”.

Em vez de “fazer aliança política com mulheres que sofrem, ela vai passar pano pra misoginia do presidente”, diz.

Ex-feminista que em 2018 organizou o 1º Congresso Antifeminista, Sara Winter questiona: por que as progressistas falam sobre “sororidade, que seria amor e ajuda mútua entre mulheres”, se “esses itens só estão disponíveis no cardápio se você for uma mulher de esquerda?”.

É preciso “sair dessa coisa murchada de lutas identitárias, ou você começa a ficar muito sozinho”, diz Pellegrino.

Isso afeta até “feministas de carteirinha”, diz a escritora e ativista Nana Queiroz.

“Neste flá-flu é mais importante lacrar, vencer o debate a todo custo, do que ser coerente com as próprias convicções. O problema afeta os dois lados, e a direita de maneira mais severa. Mas são as feministas quem têm a obrigação de dar o primeiro passo.”

14 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

DIAS TOFFOLI

Presidente do Supremo Tribunal Federal e ex-advogado-geral da União (2007-2009, governo Lula)

### Justiça, presente!

#### Sistema eletrônico alivia os gargalos do ciclo penal

A maturidade institucional que se consolidou no Brasil já não admite experimentos ou dúvidas. Queremos um Estado presente e soluções para nossos problemas com o melhor custo-benefício. Nosso sistema penal, por exemplo, precisa se modernizar; seus problemas estruturais, serem corrigidos. Eles agravam o quadro de insegurança pública e demandam intervenções coordenadas e sistêmicas não de uma, mas de várias gestões.

A massa carcerária do país triplicou nos últimos 16 anos. É a terceira maior do mundo! O encarceramento tem cumprido seu propósito? Desprovido de recursos e carente de transparência, o sistema acaba por agravar problemas que deveria resolver.

Responsável por determinar prisões e acompanhar o cumprimento das penas, o Judiciário pouco conhece sobre as mais de 700 mil pessoas privadas de liberdade no país. Muitos chegam ao sistema carcerário sem documentação ou com documentação pouco confiável. Pouco se sabe também sobre os mais de 1,5 milhão de processos de execução penal em tramitação. Além do enorme passivo em meio físico, os sete sistemas informatizados criados por diferentes tribunais pouco dialogam entre si e sobrecarregam os atores da Justiça que os operam.

É justamente para garantir um salto na gestão desses processos que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) está investindo em expansão e constante melhoria do Sistema Eletrônico de Execução Unificada (SEEU), que padroniza o controle informatizado da execução penal.

Adotado como política nacional pelo CNJ em 2016, o SEEU já é realidade em oito unidades da federação com mais de 436 mil processos cadastrados e deve chegar a todo o país até o final do ano. Varas que operam o SEEU relatam o fim das pilhas de processos e do trabalho braçal, com melhoria da gestão de recursos e do controle do cumprimento das penas. Outras prioridades atuais do CNJ são garantir que todos os presos do país tenham identificação biométrica até julho de 2020 e articular estruturas permanentes para a emissão de documentos básicos.

Pesquisa recente junto a tribunais de Justiça constatou que ao menos nove estados não possuem levantamento da documentação civil das pessoas presas. Garantir esses documentos é uma medida fundamental não apenas para se conhecer a situação dos presos, mas para se facilitar sua reintegração social. Sem a documentação básica, o indivíduo não pode, por exemplo, tirar carteira de trabalho ou se matricular em

um curso de formação.

A identificação biométrica, por seu turno, confere confiabilidade e segurança à gestão de dados sobre as pessoas privadas de liberdade. Esse controle deve facilitar, inclusive, a monitoração da reincidência, um dado, até hoje, impreciso no Brasil. Com a integração dos dados biométricos ao SEEU, será possível traçar o perfil da população carcerária de forma mais minuciosa, com vistas à elaboração de políticas públicas mais eficientes.

As ações descritas acima integram o programa Justiça Presente, que chega agora a todas as unidades da federação. O programa é resultado de acordo de cooperação inédito entre o CNJ e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), com o suporte dos recursos repassados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O programa, estruturado em 18 iniciativas, leva em consideração todos os gargalos do ciclo penal e aposta no amplo envolvimento de atores do poder público e da sociedade civil. O intuito é fortalecer instituições e órgãos locais para garantir a adequação e a sustentabilidade das iniciativas, as quais são essenciais para a transformação da realidade penal a longo prazo.

O Judiciário está ciente de sua responsabilidade para reverter o estado de coisas inconstitucional das prisões brasileiras, tal qual apontado pelo Supremo Tribunal Federal em 2015 (ADPF 347 MC/DF). A oportunidade para avançarmos em ações concretas nos foi dada. Precisamos garantir que a justiça seja não apenas um valor almejado, mas um valor presente na realidade de todos os brasileiros.

# O sono dos cidadãos de bem

## O horizonte da elite não é uma sociedade justa, é uma economia pujante

A elite social brasileira é branca, educada e cosmopolita. E assim é desde que o país começou. E também violenta, embora se veja como generosa para com subalternos, todos negros, mas "como se fossem da família." Não são.

Nem na vida ganham acesso às relações abridoras de portas nem na morte herdam patrimônio. A próxima geração segue onde estava a antecedente, numa estrutura social secular, com os mesmos sobrenomes usufruindo a vista da cobertura, enquanto os sem nome limpam cozinhas e latrinas.

Ao contrário do que pregam a adversários, é raro que membros da elite façam autocrítica de erros políticos, como a eleição de Fernando Collor. Muito menos reconhecem seu papel ativo na reprodução intergeracional da desigualdade. Alguns dos seus, os "bem intencionados", atuam nas franjas, com iniciativas para premiar o "talento" de alguns humildes, como Carlinhos Brown, que foi da favela ao estrelato.

Esta fresta para o alto não altera os mecanismos de distribuição de recursos e acessos. Mas é o suficiente para os cidadãos de bem, reconfortados pelo argumento liberal de que oportunidades individuais bastam para corrigir problemas estruturais.

É que o horizonte desta elite não é uma sociedade justa, é uma economia pujante. Para obter a segunda, abre mão da primeira. Nunca titubeou em pagar o preço, fosse a escravidão, regimes de trabalho avizinhados ou ditaduras, como a que o presidente comemorou. Tudo aceitável, se a locomotiva seguir acelerada.

Essa gente de bem pensa em si como o vagão que puxa o trem, que carrega o fardo do país e pena o alto custo trabalhista de mão de obra sem qualificação. São empreendedores incansáveis, prejudicados pelo povo caro e ignorante — que reclama de barriga cheia, pois muitos pesam, disse o presidente, várias arrobas.

O raciocínio do "custo Brasil" omite que as mazelas nacionais sucessivas resultaram de decisões políticas tomadas pelos que estão no alto, enquanto o sacrifício é sempre exigido dos de baixo. Assim foi na reforma trabalhista, assim se anuncia na previdenciária e a tributária não avançará imposto sobre grandes fortunas e transmissão intergeracional de riquezas.

E, convenhamos, não se exige de quem adentra essa elite o refinamento da antiga aristocracia. Veja-se o novo ministro da Educação: é branco, tem diploma superior e renda que garantem moradia em andar alto da pirâmide nacional. E, no entanto, emite juízos explicáveis apenas pela ignorância.

Já havia o precedente do "nazismo de esquerda", mas rotular banqueiros de comunistas compete à altura. Nenhuma destas pérolas ministeriais espanta, considerando a língua presidencial. Mas choca que parcela tão gorda do topo social siga firme no apoio à obscurantista, autoritária e até aqui ineficiente "nova política".

Apoio registrado no último Datafolha: capaz de os banqueiros que o ministro menciona estarem entre os 36% de homens com diploma superior e os 41% com renda acima de dez salários mínimos que

acham "ótima" a administração mitológica.

A aprovação (ótimo/bom) é ampla entre os que vivem bem: 47% dos profissionais liberais, 57% dos empresários e 71% dos rentistas, como se dizia antigamente. Os bem postos na vida estão satisfeitos com o governo.

Mesmo com critério exigente, a alegria não se desmancha: 46% do empresariado e 44% dos que vivem de renda dão nota 8 ou mais para a administração bolsonarista. Parte dos eleitores do mito é impenitente e está infenso a três meses de barbaridades. Mas nem todo votante de conveniência, o antipetista, repudia: 54% dos que se declaram PSDBistas seguem achando tudo ótimo. É que se a reforma da Previdência passar, os tuítes ensandecidos do Palácio do Planalto serão perdoados, porque o país — ou parte dele — usufruirá das bênçãos do mercado.

A maioria destes cidadãos de bem apoia também embalada por outra promessa, a da reforma penal.

É preciso mais que comprar armãs para se defender de meliantes. Precisa encarcerá-los antes que atinjam a idade adulta. Claro, alguns escaparão de celas de extermínio precoce, e poucos talentosos serão escolhidos, como Brown, para cantar no Lollapalooza.

Aos remanescentes, resta a prontidão das forças da ordem, a postos para abater suspeitos. Suspeitos naturalmente negros, como muitos dos executores, como negros eram tantos capitães do mato.

Estão a serviço, mas tampouco serão admitidos às fortificações medievais onde a gente de bem dorme tranquila. Não se pode acordá-la com choro de órfãos, mães e viúvas, nem com o ruído de 80 tiros

14 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### PAINEL

**QUEM TE VIU...** Condenada à cassação e à inelegibilidade pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso por abuso de poder econômico e caixa dois, a senadora Selma Arruda (PSL), ex-juíza conhecida como “Moro de saias”, costumava atacar com veemência propostas de anistia ao crime de despesas não contabilizadas.

**...QUEM TE VÊ** Em um vídeo, de novembro de 2016, ela tratou a prática como um “golpe” e pediu forte reação à manobra “arquitetada pelo Congresso”. Agora, Arruda vai recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral.

### PAINEL DO LEITOR

#### Ministro da Justiça

O artigo “Carnificina do iluminista das trevas” (de Reinaldo Azevedo, Poder, 12/4) é excelente no fundo e na forma.

Fábio Konder Comparato,  
professor emérito da Faculdade  
de Direito da USP (São Paulo, SP)

#### Condenação de Gentili

A liberdade de expressão é tão confundida no Brasil quanto o trânsito em julgado, que é requisito essencial para a perda da liberdade. O entendimento acerca de ambos os institutos jurídicos é flexibilizado ao gosto do freguês, ou do intérprete. Danilo Gentili ultrapassou uma liberdade (a de expressão) e deve assumir as consequências do que fez, cuja punição não é a prisão. Parabéns, Marina Coelho Araújo, pela precisão do artigo “Caso Gentili mostra que não há liberdade sem responsabilidade” (Poder, 13/4).

Josemir Teixeira,  
advogado (São Paulo, SP)

# Cabralmente até em confissão

O pastel de vento é demonstrativo da banalização em que caíram as delações

A colaboração de Sérgio Cabral com o Ministério Público do Rio e com o juiz Marcelo Bretas virou conversa de boteco. Até agora, suas confissões confirmam que ele corrompeu o mandato de governador do Rio, mas isso já se sabia, pois está condenado a 198 anos de prisão.

Num depoimento espetaculoso, Cabral contou que em 2011 o chefe de sua Casa Civil, Régis Fichtner, pressionou-o, até com "ameaça", para que seu cunhado, o desembargador Marco Aurélio Bellizze, fosse nomeado para uma vaga no Superior Tribunal de Justiça, atropelando a candidatura do advogado Rodrigo Candido de Oliveira, sócio do escritório da mulher de Cabral.

O juiz Bretas e o meio jurídico sabem que uma nomeação nada teve a ver diretamente com a outra. Bellizze foi escolhido para uma vaga de magistrado, e Rodrigo disputava uma cadeira dos advogados. Ademais, quem nomeia ministros para o STJ é o presidente da República, e Bellizze tinha currículo que superava o parentesco.

O ex-governador disse ao juiz Bretas que foi obrigado a fazer "esse papelão de barrar o sócio de minha esposa". Colocou-se em outro papelão ao embaralhar os fatos. Os dois disputavam páreos diferentes em ocasiões diferentes, Rodrigo perdeu em abril e Bellizze ganhou em julho. A farofa leva água para a suspeita de que Cabral instrumentaliza suas confissões pelos ventos da política do Rio de Janeiro.

O pastel de vento é demonstrativo da banalização em que caíram as delações. Quando Cabral, o Magnífico Gestor, fez coisas que nem Asmodeu imaginava, tudo parecia normal. Agora, quando Cabral, o Penitente, confessa seu "papelão", busca crédito de virgem.

Olhando-se para trás, quando Antônio Palocci era o quindim da banca, viam-no como um grande ministro da Fazenda. Apenado, tornou-se uma fábrica de delações espetaculares, vazias de provas. Ele contou que foi nomeado gerente de uma caixinha de empreiteiras, o que pode ser verdade, mas não se sabe ainda como recolheu o dinheiro nem como o distribuiu.

A divulgação do anexo de Palocci pelo juiz Sergio Moro foi instrumentalizada na campanha eleitoral do ano passado. O Rio não precisa que mais essa praga entre na sua política.

## O juiz da Suprema Corte louva o banqueiro

Acaba de sair nos Estados Unidos "First", uma boa biografia da juíza Sandra O'Connor, a primeira mulher nomeada para a Suprema Corte. Há ali uma pequena história reveladora dos jogos de influência que cercam as nomeações para aquele tribunal.

O'Connor é uma tremenda figura. Foi criada num rancho do Arizona e formou-se politicamente no partido republicano. Quando ela estava na universidade Stanford, namorou e quase casou com William Rehnquist, seu colega de turma.

Em 1971, O'Connor era uma juíza influente no andar de cima do Arizona e Rehnquist foi indicado para a Suprema Corte. Ela batalhou pelo ex-colega e conseguiu o apoio do presidente do maior banco do estado, Sherman Hazeltine.

Aprovado pelos senadores, Rehnquist agradeceu à ex-namorada com uma carta:

"Fui surpreendido pelos contatos de Hazeltine junto aos banqueiros do Oeste. Apreciei não só os seus esforços, mas também admirei a eficácia dos seus contatos no Congresso. Talvez seja por isso que os banqueiros têm mais influência que os advogados".

Rehnquist foi aprovado pelos senadores e presidiu a Corte Suprema por 19 anos, até 2005, quando morreu.

Nenhum magistrado brasileiro tem coragem de escrever uma carta dessas. Rehnquist foi um conservador honrado, espalhafatoso ao se vestir mas com um uma cabeça de primeira ordem.

# FOLHA DE S. PAULO

FLAVIA LIMA

Repórter de Mercado, formada em ciências sociais pela USP e em direito pelo Mackenzie

14 ABR 2019

## Oitenta tiros numa nação

O Estado brasileiro deveria deter o monopólio da violência para proteger a população, mas, muitas vezes, insiste em usar esse recurso contra o seu povo, de forma ilegítima.

Rotineiramente, guarda-chuvas são confundidos com armas, e veículos a passeio, tidos por carros roubados. Situações que acabam em tragédia para muitas famílias — embora deversem ser consideradas como o drama de toda uma nação.

No domingo (7), no Rio de Janeiro, foi a vez de Evaldo Rosa dos Santos. Militares do Exército dispararam 80 tiros contra o carro no qual Santos levava a sua família, matando o músico de 46 anos.

O fato deveria chocar por si só. Parte da sociedade, no entanto, prefere o silêncio — isso sem falar nos que optam, de forma absurda, pela negação. Sabem que é um risco que não correm, pois o músico era negro e não pertencia às classes sociais mais altas.

Talvez o problema tenha mais chances de chamar a atenção se for deslocado do campo da sociologia — considerada pouco útil por alguns — para a área econômica.

Dados mais recentes do Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostram que 64 mil pessoas foram mortas violentamente em 2017. Diariamente, um policial foi morto e outras 14 pessoas foram assassinadas em intervenções policiais.

Segundo especialistas, mortes prematuras em decorrência de homicídios reduzem o valor da produção e diminuem o consumo e a poupança, comprometendo o futuro do país.

Não há dados para 2017. Mas estudo de Daniel Cerqueira, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mostra que o custo da violência chegou a 6% do PIB (Produto Interno Bruto) apenas em 2016 ou o equivalente a R\$ 372 bilhões — valores da época.

A perda econômica é expressiva. A proposta original da reforma da Previdência apresentada pelo governo, por exemplo, prevê uma economia total de R\$ 1,1 trilhão. Em dez anos.

Como o cenário de guerra não mudou desde 2016 e as expectativas de que a proposta seja aprovada integralmente se reduziram de forma dramática, é possível que a diferença entre gastos com violência e o montante a ser economizado anualmente com a reforma seja ainda maior.

Assim, a crise fiscal pode ser um ótimo motivo para pensar em políticas qualificadas de segurança e em ações mais efetivas sobre o modo enviesado de atuar dos agentes do Estado.

É óbvio que assassinatos não devem ser avaliados sob perspectiva exclusivamente financeira. Aos que respondem melhor a esse aspecto, porém, vale defender a reforma da Previdência e o fim da letalidade policial com o mesmo ardor.

15 ABR 2019

FOLHA DE S. PAULO

Montanaro

80 TIROS



LAVO AS  
MINHAS  
MÃOS

15 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

### QUEDA DE BRAÇO

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), voltou a cobrar de forma dura a equipe do ministro Paulo Guedes, da Economia, para que as investigações sobre o vazamento de seus dados fiscais cheguem a quem ordenou a devassa e às razões pelas quais ela foi feita.

**SEM QUERER** As explicações iniciais, de que o vazamento foi involuntário porque os dados foram repassados a uma empresa privada por engano, não satisfizeram Mendes —nem outras autoridades que também foram alvo de investigação.

**CONTA OUTRA** Para o ministro, as explicações são “historietas” para encobrir as reais motivações de seus dados terem sido não apenas escarafunchados como também tornados públicos.

**PISTOLA** Na cobrança à equipe de Guedes, ele disse que a Receita teve, no caso, um papel de “órgão de pistolagem”.

**NA LEI** O secretário especial da Receita, Marcos Cintra, tem afirmado que não vê a instituição com a mesma severidade do ministro do STF. E que ela apenas procura cumprir suas atribuições, previstas em lei.

### PAINEL

**DEVAGAR SE VAI LONGE** O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, celebrou com discrição o crescimento, tímido, é verdade, na confiança da população na corte, de 2018 para cá. “Mostra que estamos no rumo certo”, comentou.

# FOLHA DE S. PAULO

LEANDRO COLON

## Ministério Público em guerra

BRASÍLIA A sucessão de Raquel Dodge no comando da Procuradoria-Geral da República bate à porta de Brasília. Nos bastidores, a guerra está conflagrada entre procuradores.

Em entrevista à Folha no sábado (13), o subprocurador-geral Augusto Aras lançou-se candidato avulso, fora da briga pela polêmica lista tríplice da associação da categoria (ANPR). O seu discurso é um aperitivo do que vem por aí até setembro, quando acaba o mandato de Dodge.

Aras ataca o modelo de eleição interna em que os procuradores votam nos candidatos declarados e uma lista com os três mais votados é enviada ao presidente da República.

Na opinião dele, a prática de realizar um escrutínio entre os membros do Ministério Público Federal leva a um cenário de politização, com doses de clientelismo e fisiologismo, que geralmente contaminam os Poderes Legislativo e Executivo.

Ele ainda colocou sob suspeita o sistema de votação eletrônica da ANPR. A direção da entidade reagiu às declarações e defendeu o método.

O presidente Jair Bolsonaro afirmou algumas vezes que não tem compromisso com a escolha da ANPR. Nada o obriga a segui-la. A tendência, aliás, é que ele realmente indique um nome de fora da relação oficial.

Não foi à toa que Aras emitiu sinais ao presidente. Suas chances são mínimas de integrar a lista tríplice. O mesmo vale para Raquel Dodge. Desgastada na categoria, sobretudo na ala ligada ao antecessor e desafeto, Rodrigo Janot, a chefe da PGR se movimenta no Judiciário e busca apoio de militares para ser reconduzida.

Os "janotistas" jogam pesado para ter um nome com força na eleição da ANPR. Um cotado é Vladimir Aras, primo de Augusto. O Ministério Público Militar, por sua vez, faz lobby para emplacar o sucessor de Dodge.

É ingenuidade pensar que todos estão apenas bem intencionados em conduzir uma instituição tão importante. Há uma briga por cargos, gratificações, prestígio, vaidade e muito poder. Infelizmente, o Ministério Público Federal talvez seja hoje o retrato mais fiel do que virou o país.

15 ABR 2019

13 ABR 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Racha eleva risco de sucessão de Dodge chegar à Justiça

BRASÍLIA A disputa pelo comando da Procuradoria-Geral da República aprofundou o racha dentro do Ministério Público Federal, e procuradores passaram a debater a possível judicialização do processo de sucessão. O mandato da procuradora-geral, Raquel Dodge, termina em setembro.

Uma mudança na regra retirou na segunda-feira (8) os aposentados da votação. Importantes quadros da instituição querem que a disputa seja restrita a subprocuradores-gerais — que estão no topo da carreira. E há o temor de que o governo Jair Bolsonaro entenda, de forma inédita, que procuradores dos ramos Militar ou do Trabalho também possam ocupar a cadeira.

Caberá a Bolsonaro indicar alguém para substituir Dodge ou reconduzi-la ao cargo.

Desde 2003, os presidentes indicam um dos nomes da lista tríplice formada por eleição interna no Ministério Público Federal. Bolsonaro não se comprometeu a seguir a lista.

A eleição para a lista tríplice é feita pela ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República). Desde 2009, tanto associados ativos (cerca de 1.100) quanto aposentados (cerca de 200) podiam votar.

Nas últimas semanas, após a ANPR consultar seus associados, ficou decidido, por ampla maioria, que a votação será feita entre só membros da ativa, como era até 2007.

Essa consulta, que modificou o estatuto da associação, foi apontada por procuradores como forma de desidratar eventual candidatura de Dodge. Presume-se que ela tenha votos porque seu pai, o subprocurador-geral aposentado José Ferreira, já liderou a associação dos aposentados.

Pessoas ligadas ao pleito dizem que a mudança pode gerar questionamento judicial.

O presidente da ANPR, José Robalinho, tido como pré-candidato à PGR, disse que a dúvida sobre os aposentados é antiga e que, desde que assumiu a entidade, em 2015, defende a alteração. “A discussão não tem nada a ver com Raquel.”

Outro grupo discute acionar a Justiça para garantir que só subprocuradores-gerais possam comandar a PGR.

Em março, o vice-procurador-geral Luciano Mariz Maia, número dois na gestão Dodge, defendeu no Conselho Superior do Ministério Público Federal que a chefia da PGR é prerrogativa exclusiva dos subprocuradores-gerais.

Maia negou que pretenda judicializar a questão, mas criticou o entendimento da ANPR de que qualquer membro do Ministério Público Federal pode assumir a instituição. “Sou contra que a ANPR esteja pressionada pelas bases para não respeitar a lei, atendendo a pleitos corporativos.”

Há procuradores regionais, de nível intermediário na carreira, que são pré-candidatos à sucessão de Dodge, como Vladimir Aras e Lauro Cardoso, ligados a Rodrigo Janot.

Para Maia, se a lei define que só subprocuradores-gerais podem atuar nos tribunais superiores, a PGR precisa ser liderada por alguém desse nível.

Dodge não foi à reunião na ANPR que, no último dia 3, definiu as regras e a data da votação (18 de junho). Colegas entenderam que ela Dodge não se candidatará à lista tríplice — o que não significa que não tentará a recondução.

Outro jeito de a disputa pela PGR chegar à Justiça é se Bolsonaro indicar alguém de fora do Ministério Público Fe-

deral. Em fevereiro, o chefe do Ministério Público Militar, Jaime Miranda, disse que “todos os membros da ativa de todos os ramos do Ministério Público da União [o que inclui o Militar] deveriam participar da formação da lista tríplice.”

Uma vez que a sucessão pode ficar “sub judice”, parte dos procuradores pensa na interinidade no cargo. Pela lei, se a cadeira de procurador-geral ficar vaga, quem assume interinamente é o vice do Conselho Superior do MPF. Em agosto, haverá eleição interna para o conselho. A vice-presidência já é uma função visada. RTJ

## 'Pacote anticrime de Moro não vai consertar o mundo'

ENTREVISTA  
RENATO SILVEIRA

Rogério Gentile

SÃO PAULO Renato Silveira, presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp), afirma que o projeto anticrime apresentado pelo ministro da Justiça, Sergio Moro, peca em questões essenciais.

Segundo Silveira, que é professor de direito penal da USP, a proposta foi apresentada como se fosse resolver o problema do crime no país. "Um projeto de lei não tem essa capacidade de reformar, de consertar o mundo."

Ele afirma também que a proposta atenta contra as garantias individuais quando permite, por exemplo, que se grave, mediante autorização judicial, a conversa entre um cliente preso e o seu advogado.

Qual sua avaliação sobre o pacote anticrime? O Iasp ainda vai se manifestar oficialmente num parecer para o Congresso. Posso falar de minhas opiniões pessoais, que não necessariamente se misturam.

O projeto assume um certo tom simbólico, como querendo dizer: "Vou resolver o crime organizado, vou resolver o crime de corrupção, vou resolver os crimes eleitorais".

Um projeto de lei não tem essa capacidade de consertar o mundo. O projeto tem um viés mais duro, é verdade, mas me parece que peca em questões essenciais.

Quais questões? Peca em questões dogmáticas e tem problemas, digamos, de ordem ideológica. Trabalha com conceitos como a questão da legítima defesa que são contrários a toda uma tradição



Renato de Mello  
Jorge Silveira

Presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp), é professor titular de direito penal na Faculdade de Direito da USP, onde obteve os títulos de doutor e livre-docente. Tem pós-doutorado pela Universitat Pompeu Fabra, Barcelona.

dogmática brasileira. E em relação à política criminal tem viés de encarceramento bastante marcado. O projeto foca na eficiência, mas tenho muito receio dessa busca incessante pela eficiência, deixando-se de lado qualquer aspecto garantista. Há de se assegurar direitos e garantias.

Exemplifique, por favor. Não posso aceitar, por exemplo, que não exista a preservação total do contato do advogado com o seu cliente. Não me parece viável também que se possa simplesmente querer fazer um banco de dados genéticos com eventual violação da integridade física do interessado.

Recentemente um juiz quebrou o sigilo bancário do Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, advogado do Temer. O episódio com Mariz, que é conselheiro do instituto, talvez reflita bastante bem o atual estado das coisas. A decisão

foi tomada contra um advogado no exercício da sua profissão. Um advogado que não estava sendo investigado.

Esse tipo de atitude é extremamente temerária. É tão questionável que o próprio juiz, poucos dias depois, voltou atrás, apercebendo-se do absurdo da questão.

A Justiça está muito pressionada pela opinião pública? Não diria que a Justiça está pressionada. Sempre existiram pressões sobre a Justiça. A questão é que algumas ramas da Justiça estão se deixando abalar por essa pressão. Quando algumas pessoas afirmam que o clamor das ruas deve ser ouvido pelo Judiciário e passam a escutá-lo, me parece temerário.

Uma Justiça que demora muito para punir é um problema, mas uma que pune sem tomar certos cuidados também é ruim... A ideia de que a Justiça não pune é um pouco falha. A Justiça pune bastante no Brasil. Mas pune mal. É só verificar a população carcerária. Pune muito. Talvez tenha problemas nessa punição.

Outra questão polêmica é o projeto de lei que extingue o exame da ordem. É uma proposta que recupera um texto apresentado pelo então deputado Jair Bolsonaro de anos atrás. O projeto menciona a necessidade de se garantir o que entende ser o direito dos formados de advogarem. Mas é necessário lembrar que não temos faculdade de advocacia. Temos faculdade de direito, que pode formar para as mais diferentes áreas e profissões.

**CONTINUA**

13 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Bolsonaro disse, depois da eleição, que, por conta do exame da ordem, bacharel no Brasil vira boy de luxo de escritório de advocacia. A proposta de acabar com o exame da ordem é infeliz. Talvez ignore as origens do exame de ordem, que surgiu no começo dos anos 70 justamente por se reconhecer uma queda bastante significativa na qualidade dos formados. Surgiu para garantir o atendimento às pessoas que necessitam de um advogado. Há uma multidão de formados em direito que não necessariamente tem condições para advogar. O que se protege não é o mercado de trabalho. Não é uma questão corporativa. Mas de se assegurar uma oferta de serviços de qualidade.

Outra questão em discussão é a ideia do governo de acabar com a Justiça do trabalho. De tempos em tempos algum setor da Justiça é questionado. Até alguns anos atrás se questionava a Justiça militar. Agora se questiona a Justiça do trabalho. Me parece uma temeridade. O que vou fazer com esses juízes? O que vão fazer com o problema trabalhista, que não deixará de existir? As coisas não são tão fáceis.

# A lei à margem da lei

## A violência do Estado é uma consequência de sua própria incapacidade

A morte do músico Evaldo Rosa do Santos, 46, está longe de ser um incidente, um lamentável erro de um pequeno grupo de militares jovens e despreparados que, dominados pelo medo e forte emoção, dispararam nada menos que 80 tiros contra o veículo que transportava sua família. Ela é fruto de décadas de descaso com a segurança pública e, no dizer do escritor Mia Couto, também "a manifestação de uma outra lei que se quer fazer à margem de toda a lei".

A morte de civis pelas forças de segurança do Estado brasileiro tem sido uma prática sistemática ao longo da nossa história. Durante o regime militar, foi uma política de Estado, que levou à execução, à tortura e ao desaparecimento de centenas de dissidentes, como demonstrado pela Comissão Nacional da Verdade. A Lei de Anistia, de 1979, permitiu que militares e civis envolvidos na repressão e na prática de crimes contra a humanidade se evadissem de suas responsabilidades.

Nas últimas décadas, foram milhares as pessoas mortas em confrontos com alguns setores das polícias que passaram a funcionar à margem da lei. Apenas em 2017, mais de 5.100 pessoas, em especial jovens negros que habitam nossas periferias, perderam a vida em embates com órgãos de segurança; isso sem falar nas incontáveis mortes provocadas por milícias e esquadrões da morte, que funcionam com a omissão ou conivência do Estado.

A violência de Estado não pode ser analisada fora do contexto de uma criminalidade cada vez mais audaz e violenta, em que emergimos. Em grande medida, a violência do Estado é uma consequência da própria incapacidade deste de cumprir a função fundamental de garantir o direito à vida dos cidadãos. Para superar sua própria incompetência, muitas autoridades não apenas toleram, mas também incentivam o uso arbitrário da força por parte das polícias, chegando a premiar e condecorar matadores.

Essa política inconsequente, levada a cabo por décadas de lideranças populistas adeptas do "bandido bom é bandido morto", e fortemente reiterada nos dias de hoje, em nada contribui para a redução da criminalidade e a proteção do direito à vida, à liberdade de locomoção e mesmo à propriedade dos brasileiros. Ao arrastar as Forças Armadas para o combate à criminalidade, para o qual não foram concebidas ou treinadas, os políticos apenas dão mais uma última cartada "inócua" na guerra contra o crime, como sugeriu o general Villas Bôas.

Os dados são dramáticos. Foram mais de 1 milhão de pessoas mortas nos últimos 20 anos. O grande número de policiais mortos, em sua maioria fora de serviço — decorrente dos baixos salários —, também aponta para o descaso das lideranças políticas para com esses profissionais.

Se quisermos levar a segurança e os direitos a sério é necessário abandonar as bravatas, que não salvam a vida de ninguém. Nossos governantes deveriam se dedicar a modernizar, profissionalizar e reformar as polícias. É urgente promover uma profunda reforma no sistema de Justiça criminal, que reduza sua seletividade e a impunidade. Também é necessário repensar o sistema penitenciário, para que ele deixe de ser o principal mecanismo de cooptação e treinamento do crime organizado. Por fim, é indispensável combater a corrupção e a violência do sistema criminal que, em última instância, eliminam as fronteiras entre os agentes da lei e do crime.

13 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### Habeas corpus de Lula irá a sessão presencial no STF

BRASÍLIA O ministro Gilmar Mendes, do STF, pediu destaque no julgamento de habeas corpus para o ex-presidente Lula que começara a ser realizado no plenário virtual da Segunda Turma. Com o pedido de destaque, o caso será levado à sessão presencial do colegiado. Ainda não há data.

A Segunda Turma do STF é formada pelos ministros Gilmar, Celso de Mello, Ricardo

Lewandowski, Cármen Lúcia e Edson Fachin, relator do habeas corpus. O pedido de destaque é desta sexta-feira (12).

A defesa de Lula pediu ao STF habeas corpus contra decisão monocrática (individual) do ministro Felix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça, que negou prosseguimento ao recurso na corte. O recurso tenta reverter a condenação no caso do triplex de Guarujá.

Lula foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro pela Justiça Federal em Curitiba e pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que fixou a pena em 12 anos e um mês de prisão. Ele cumpre a pena há um ano. Os tribunais superiores (STF e STJ) ainda não analisaram recursos de Lula contra a sentença, só pedidos de soltura feitos pela defesa, que foram negados. RTJ

### 'Amigo do amigo de meu pai' é Toffoli, afirma Odebrecht

BRASÍLIA O empresário Marcelo Odebrecht enviou à Polícia Federal, no âmbito da Lava Jato, esclarecimentos sobre menções a tratativas lícitas e ilícitas presentes em seus emails. Uma das menções, diz ele, é ao presidente do STF, Dias Toffoli. O caso foi noticiado nesta quinta (11) pela revista *Crusoé*.

A época, em julho de 2007, Toffoli era ministro da Advocacia-Geral da União.

Num email, Odebrecht escreveu "Afiml vocês fecharam com o amigo do amigo de meu pai?" ao então diretor jurídico Adriano Maia, sobre ações com a AGU envolvendo hidrelétricas do rio Madeira. "Amigo do amigo de meu pai" se refere a José Antonio Dias Toffoli", disse. A assessoria do STF não se manifestou.

13 ABR 2019

## FOLHA DE S. PAULO

### Não se prende o insulto

Não há direito absoluto, reza a melhor tradição da aplicação da lei. A faculdade de ir e vir pode ser limitada em nome do legítimo interesse coletivo de encarcerar quem ameaça a integridade física de terceiros.

Quando se trata do direito à livre expressão, no entanto, a mesma linha democrática recomenda cautela com o que se lhe quer antepor pelo poder de Estado. Entre os direitos fundamentais da pessoa, o de manifestar-se sem peias é o que mais deveria se aproximar de uma faculdade absoluta.

Não se chegou a esse estágio por acaso. A sociedade se beneficia da diversidade de opiniões e de crítica. O indivíduo está mais protegido contra o arbítrio dos poderosos quando ninguém é investido da capacidade de punir a manifestação do pensamento com base em interpretações altamente subjetivas.

O humorista Danilo Gentili, do SBT, insultou em vídeo a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS) e por isso, num desses juízos demasiado controversos, foi condenado em primeira instância a seis meses de prisão em regime semiaberto.

A injúria, pela qual foi sentenciado, figura nos chamados crimes contra a honra como o mais aberto à variação hermenêutica. Criminaliza ofensas à “dignidade” e ao “de-

coro”. O céu é o limite para enquadrar condutas nesses conceitos.

Por essa razão os tribunais superiores, com destaque para o Supremo Tribunal Federal, têm preferido o regime que maximaliza as prerrogativas do cidadão que se manifesta. Que o mau gosto, as ofensas e as críticas ácidas sejam tolerados pela lei penal até o limite em que não configurem clara ameaça a pessoas ou patrimônio. Que os litígios judiciais, quando houver, sejam resolvidos pelos canais do direito de resposta e da reparação pecuniária, como ordena o artigo 5º da Carta. Não faz sentido, a esta altura da marcha civilizatória, mandar prender alguém, em avaliação intrinsecamente relativa, pelo fato de sua manifestação ter sido considerada indecorosa.

Germinadas nas estufas de reiteração das redes sociais, sementes do pensamento autoritário brotam perigosamente no Brasil. O desejo de eliminar, de prender e de vingar-se dos que pensam ou agem em desacordo com os códigos do grupo tornou-se um lugar-comum.

Os agentes incumbidos de aplicar a lei não podem atirar-se nesse campeonato de truculências. O melhor remédio para o insulto é a crítica, é mudar o canal, é o dano à reputação do autor. Não é a prisão.

### PAINEL DO LEITOR

#### Condenação de Gentili

Pena mercedíssima (“Punição a Gentili gera debate sobre liberdade de expressão”, Poder, 12/4). Ele exerceu sua liberdade de expressão, agora pague por isso. Ninguém — e nada — está acima de ninguém.

Roberto Lourival (São Paulo, SP)

Danilo Gentili é de um mau gosto tremendo, mas essa sentença completamente desproporcional à infração é muito pior; uma afronta ao Estado de Direito e um perigo institucional enorme (“Prender alguém por delito de opinião é um retrocesso inominável”, de Luís Francisco Carvalho Filho, Poder, 12/4)!

Gustavo Manzotti Simões  
(São Paulo, SP)

Duas mulheres: 1) uma que pede a condenação de quem, na sua visão, ofendeu sua honra, e a outra, uma juíza, que condena; 2) Humoristas homens (nenhuma mulher) dizendo que a condenação está errada e houve excesso; 3) um livro, “Os Homens Explicam Tudo para Mim”.

Joás Santiago Silva (Campinas, SP)

13 ABR 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## Apresentador sofre nova condenação e terá que pagar R\$ 20 mil a Freixo

SÃO PAULO Após ser condenado a detenção em regime semiaberto, por injúria contra a deputada federal Maria do Rosário (PT-RS), o humorista Danilo Gentili, apresentador do The Noite, do SBT, foi condenado a indenizar em R\$ 20 mil o deputado federal Marcelo Freixo (PSOL-RJ).

A nova sentença não estipula pena de prisão, apenas a indenização financeira. O processo foi movido por Freixo quando ainda era deputado estadual.

Gentili escreveu no dia 3 de maio de 2017: "Pô, Marcelo Freixo. Você é uma farsa mesmo, hein, seu merda. Aproveitando... E seus black blocs? Mataram mais alguém esses dias?"

Gentili foi condenado pela 26ª Câmara Civil do Rio de Janeiro por ofensa, injúria, difamação e danos morais. Inicialmente, Marcelo Freixo havia pedido uma indenização de R\$ 100 mil, que foi reduzida para R\$ 20 mil.

O humorista alegou estar em seu direito de liberdade de expressão. A decisão da Justiça, no entanto, entendeu que Danilo Gentili extrapolou nos comentários.

"A conduta do réu não se resumiu a tais manifestações, revelando uma verdadeira progressão de ofensas ao autor, o que extrapolou os limites do tolerável e admissível em nosso Estado democrático de Direito", diz trecho da decisão.

"Se a conduta do réu se revelou lícita em algumas das manifestações (...), com a progressão e aumento das postagens, utilizando palavras de baixo calão direcionadas ao autor, a sua condu-

ta revelou-se abusiva e violadora do direito constitucional da personalidade."

A sentença aponta ainda a utilização da palavra "merda" de maneira pejorativa, que induz seguidores a considerar Marcelo Freixo assassino e farsante.

"O réu extrapolou a crítica política, utilizando-se de artifícios ilegais e ilegítimos com o único intuito de prejudicar a reputação do autor, além de incitar ódio entre seus seguidores."

O comediante pode recorrer da decisão. Sua defesa ainda não se pronunciou sobre o caso envolvendo Marcelo Freixo.

A condenação no processo movido pela deputada Maria do Rosário (PT-RS), na última quarta-feira (10), motivou um debate sobre liberdade de expressão e respeito à honra. Como a Folha mostrou, humoristas saíram em defesa de Gentili e criticaram a pena imposta.

Ele foi condenado pela 5ª Vara Federal Criminal de São Paulo a seis meses e 28 dias de prisão, em regime semiaberto, por causa de um vídeo publicado em 2017 em que reagia ao recebimento de uma notificação extrajudicial. O documento pedia a ele que apagasse posts no Twitter considerados ofensivos à petista.

Na gravação, o apresentador associou a parlamentar ao termo puta, rasgou o documento em várias partes, esfregou os pedaços dentro da calça e anunciou que os mandaria de volta para a Câmara dos Deputados.

A defesa de Gentili contesta a decisão no caso de Maria do Rosário e diz que vai recorrer, sustentando que ela atinge a liberdade de expressão e criminaliza o humor.

Dois advogados e professores de direito consultados pela reportagem consideram a decisão da Justiça de São Paulo correta.

Para eles, a punição não fere a liberdade de expressão e apenas faz valer a previsão legal de que abusos da liberdade de expressão sejam punidos a posteriori.

MARINA COELHO ARAÚJO

# Caso Gentili mostra que não há liberdade sem responsabilidade

É um engano pensar que, por ser um humorista, ele estaria imune à lei penal

## OPINIÃO

Marina Coelho Araújo

Advogada, doutora em direito penal pela USP e professora do Insper

A Constituição de 1988 proibiu a censura e instituiu a liberdade de expressão como norma máxima no Brasil. Como consequência disso, prevê-se apenas responsabilização a posteriori das condutas.

A doutrina clássica que fundamenta a liberdade de expressão, reconhecendo um mercado de ideias que se autorregula e que propicia o máximo de liberdade ao maior número de pessoas, já previa a possibilidade — sempre posterior — de avaliar as informações e de regulá-las de acordo com o estado democrático das coisas.

“Todo homem pode pôr diante do público o que bem lhe aprazer, mas, se publicar o impróprio, malicioso ou ilegal, terá consequências”, escreveu Blackstone, inglês que contribuiu decisivamente para o reconhecimento da liberdade de expressão.

Entendendo que a honra objetiva (reputação) e a honra subjetiva (o sentido que se tem de si mesmo) são valores determinantes para a boa convivência social, o direito brasileiro protegeu-as mediante a criação das normas penais de difamação e injúria, respectivamente.

A honra é um bem jurídico protegido penalmente pe-

[...]

Em posts de mídia social com amplo acesso no país, Gentili dirigiu-se à vítima em tom de deboche como ‘puta’, ‘falsa’, ‘cínica’ e ‘nojenta’

lo Estado democrático brasileiro. E foi precisamente essa a racionalidade utilizada na sentença da juíza federal Maria Isabel do Prado que condenou o apresentador Danilo Gentili às penas definidas para crimes de injúria e difamação em face da deputada federal Maria do Rosário (PT-RS).

A juíza Maria Isabel fundamentou a condenação em atos provados no processo. Em posts de mídia social com amplo acesso no país, Gentili dirigiu-se à vítima em tom de deboche como “puta”, “falsa”, “cínica” e “nojenta” — o que indubitavelmente fere a honra de Maria do Rosário.

Além disso, um ano depois de ter recebido um ofício da Câmara dos Deputados, Gentili gravou vídeo em que, dirigindo-se à ofendida, abre as calças, esfrega em suas partes íntimas o documento e, na sequência, comunica que Maria do Rosário deveria sentir “aquele cheirinho” assim que a carta chegasse até ela. Tudo

seguido pelas vinhetas “eu quero gozar” e “Danilo”. O vídeo foi visto por milhões de pessoas.

É evidente a adequação objetiva dessas condutas de Danilo Gentili aos tipos descritos nos artigos 140 e 141 do Código Penal. A reputação e a dignidade da vítima foram violadas, e os valores inerentes a essa proteção penal foram flexibilizados.

Ao aplicar a pena ao réu, a sentença reafirma a proteção penal da honra, objetiva e subjetiva, de cada um dos brasileiros.

É um engano pensar que, por se tratar de um humorista, Danilo Gentili estaria imune à lei penal. O *animus jocandi* da conduta não exclui a possibilidade de ofensa à vítima e, portanto, de violação da norma penal. Também as brincadeiras e o humor devem respeitar as regras do Estado democrático de Direito. Caso contrário, seria atribuir imunidade desigual aos que são mais engraçados.

A sentença falha tecnicamente, no entanto, ao impor o cumprimento da pena de seis meses e 28 dias de detenção em regime semiaberto.

O Código Penal prevê a substituição da pena de prisão por penas restritivas de direito, as quais se mostram mais adequadas e mais proporcionais ao caso concreto.

**CONTINUA**

13 ABR 2019

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

O Brasil tem muito a avançar no respeito à liberdade. Ainda engatinhamos. E nesse caminho de aprendizado é imprescindível reconhecer que as ações livres, justamente por serem livres — por expressarem a autonomia do agente —, são passíveis de responsabilização.

A Constituição proíbe a censura e assegura um regime de liberdade e de responsabilidade. A Justiça cumpre o seu papel quando aplica essa racionalidade a todos, sem qualquer discriminação.

15 ABR 2019

## JORNAL DO ÔNIBUS

# Recurso de Lula será julgado pela 2ª Turma do STF

Gilmar Mendes tirou do julgamento virtual e mandou a plenário



O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), retirou nesta sexta-feira (12) do plenário virtual um recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra uma decisão do ministro Felix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Com isso, os ministros da Segunda Turma do STF terão de se reunir em uma sessão presencial para discutir o recurso de Lula.

Condenado em janeiro do ano passado em um processo da Lava Jato, Lula está preso desde abril de 2018 na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba (PR). No ano passado, o ministro Felix Fischer rejeitou absolver o ex-presidente.

A defesa de Lula, então, recorreu por entender que o ministro não deveria ter decidido sobre o caso sozinho, mas, sim, deixado a decisão para a Quinta Turma do STJ. ■

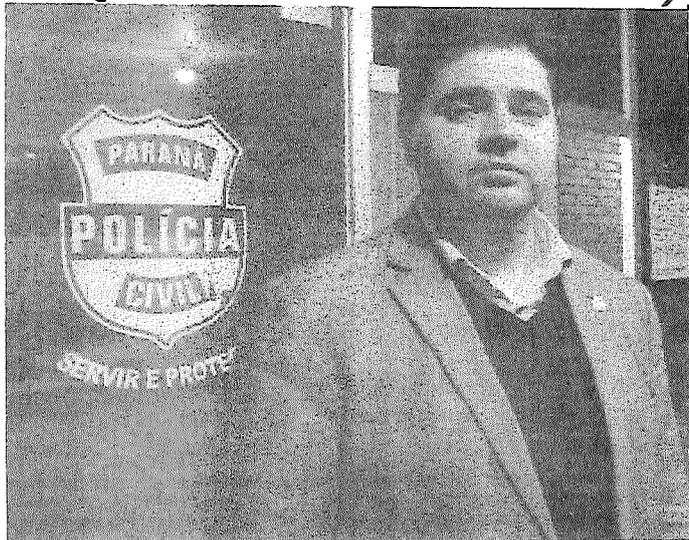
# Delegado é liberado

## após atirar em bombeiro

Fagundes já teria disparado tiros em outro conflito, pouco antes

Depois de atingir um tenente do Corpo de Bombeiros com um tiro no fim da madrugada deste domingo (14), o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná (Adepol), delegado de Polícia Civil Daniel Prestes Fagundes, foi liberado na delegacia. Fagundes foi ouvido na Central de Flagrantes, no Centro de Curitiba.

Em nota, a Adepol manifestou "seu apoio irrestrito ao associado e presidente da entidade, Dr. Daniel Prestes Fagundes, que se envolveu em uma ocorrência policial nesta madrugada". A nota informa que "após prestar os esclarecimentos, não houve prisão em flagrante. O delegado foi liberado e os fatos serão esclarecidos no inquérito policial".



O delegado Fagundes apresentou comportamento alterado em Curitiba

O presidente da Adepol foi preso na madrugada deste domingo após atirar contra um oficial dos bombeiros no Centro de Curitiba. De acordo com a Polícia Militar (PM), o delegado desceu

de um carro de aplicativo e ao ver o tenente, que esperava um motorista de aplicativo, disse para ele correr. Em seguida, o delegado atirou contra o bombeiro.

Segundo a Polícia Ci-

vil, não houve desentendimento e o disparo teria sido para o chão, não em direção ao bombeiro. Um estilhaço teria atingido o rapaz, que só percebeu que estava machucado quando corria. ●

## METRO

### Madrugada. Delegado é detido depois de atirar contra bombeiro

O delegado da Polícia Civil Daniel Prestes Fagundes foi detido na madrugada de ontem, depois de atirar contra um tenente dos bombeiros, no centro de Curitiba. Segundo a Polícia Militar, antes, na mesma noite, ele ainda teria efetuado mais três disparos em uma confusão na esquina da rua Brigadeiro Franco com a Vicente Machado. O tenente dos bombeiros foi atingido no braço mas não precisou de atendimento médico.

A Polícia Civil divulgou ontem uma nota sobre a ocorrência: "A PCPR informa que, segundo o servidor, não houve qualquer desatendimento prévio entre este e o bombeiro militar. O disparo de arma de fogo

teria ocorrido em direção ao chão, sendo que estilhaço veio a atingir acidentalmente de raspão o braço do oficial que estava próximo. Todos os fatos envolvendo o servidor, ocorridos nesta madrugada, serão apurados."

Depois de atirar contra o bombeiro o delegado se hospedou em um hotel do centro. Segundo testemunhas ele estaria bastante transornado durante a confusão.

Daniel Fagundes também é presidente da Adepol (Associação dos Delegados de Polícia). Ontem, em nota, associação destacou que não houve prisão em flagrante e declarou "apoio irrestrito" ao delegado. Ele já foi liberado. ● METRO CURITIBA

METRO 15 ABR 2019

# Moro no Twitter: teste para voos mais altos

**Exposição.** Ministro estreou no mundo virtual há 11 dias e mostra uma média de 5,3 tuítes ao dia. Para especialista, esse pode ser o teste que faltava para uma futura candidatura ao Planalto

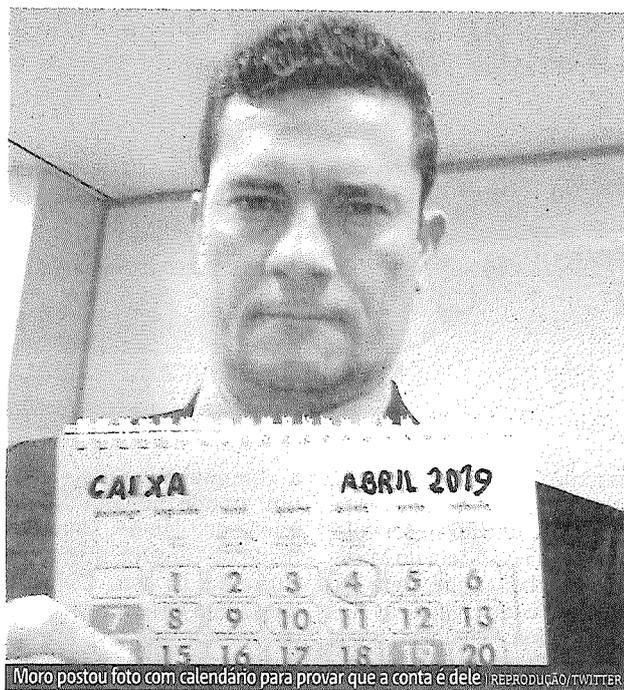
Com direito a selfie, o ministro da Justiça, Sérgio Moro, estreou no Twitter, no último dia 4. Conhecido pelo perfil mais reservado, Moro resolveu seguir a tendência do governo e abriu uma conta para, segundo ele, divulgar projetos da pasta.

Mas o cientista político André César, da Hold Assessoria Legislativa, levanta a hipótese de que essa exposição pode ser o primeiro passo para o ministro decidir se quer alçar voos mais altos, como uma futura candidatura à presidência da República.

“O Twitter entra como um elemento importante nesse processo. Ali, ele cria um vínculo com os seguidores e amplia o número de potenciais eleitores. Ele abre um canal de conversa com a parcela da sociedade que o vê com simpatia”, aponta o especialista.

## Riscos

Com a popularidade nas alturas – 59% de aprovação, segundo pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada no início do mês –, Moro pisa em um campo de acenos positivos. Contudo, segundo André César, o ministro deve se



atentar aos riscos que a nova exposição implica. “Um dos maiores é ele começar a falar bobagem. No ambiente da internet, tudo fica registrado”, pontua.

## Tuitadas

Em apenas 12 dias na rede, Moro se mostrou bem ativo,

com uma média de 5,3 tuítes ao dia. Os conteúdos das publicações, em sua maioria, tratam sobre o projeto anticrime, que tramita hoje na Câmara.

O ministro também tem usado o espaço para fazer algumas críticas. Suas últimas postagens trazem uma desa-

---

## 622 mil

é o número de seguidores que o ministro conseguiu atrair, desde a sua estreia no início do mês

---

## 73

tuites foram feitos pelo ministro até a tarde de ontem

---

## 9

é o número de usuários que Moro segue. Entre eles, o presidente Jair Bolsonaro, o vice Hamilton Mourão e a Polícia Federal

---

provação à sondagem da Datafolha, na qual avaliou-se que a maioria da população era contra pontos-chave da proposta de combate ao crime – a mesma que mostrou o seu favoritismo.

Moro a julgou “mal feita”. Para ele, nenhuma das perguntas consideradas pela pesquisa tratavam sobre o projeto. ● METRO BRASÍLIA

## **O fim da CPI da roupa suja**

**M**uitas pessoas se indignaram com a decisão do presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM/AP), de não instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Lava Toga. O requerimento recebeu 29 assinaturas de senadores, com o objetivo de constituir uma CPI para investigar condutas ímprobas, desvios operacionais e violações éticas por parte dos membros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de Tribunais Superiores.

Então, vamos aos fatos.

Primeiramente vamos lembrar que uma comissão parlamentar de inquérito é um instrumento extremamente relevante para o Poder Legislativo realizar uma atividade atípica de investigação com parlamentares designados a essa função. É um dos raros momentos em que o Poder Legislativo se apropria de uma função típica das autoridades judiciais, com o objetivo de produzir um relatório final, que será encaminhado ao Ministério Público para uma possível responsabilização, seja civil ou criminal dos investigados.

É da natureza das CPIs ser um canal de investigação, fora das esferas naturais de atuação das autoridades judiciais, com objetivo de investigar fato determinado, por prazo certo. Por esse motivo, enunciado no texto constitucional, que CPIs não podem ser eternas, e tão pouco tratar sobre temas indeterminados, como o sexo dos anjos.

Cabe a uma comissão parlamentar de inquérito ser meio capaz de auxiliar as autoridades judiciais, com informações, depoimentos e documentos que não poderiam ser alcançados sem a capacidade política que só o Poder Legislativo tem. Percebam que as CPIs são absolutamente legítimas na sua atuação, merecem respeito nas suas práticas, mas não devem ser utilizadas simplesmente pa-

ra o bem-estar dos parlamentares junto à opinião pública.

O ponto fundamental de uma CPI é produzir seu relatório final com substância, para os encaminhamentos do Ministério Público. Dessa forma, uma CPI não serve para agradar eleitores, “acenar para a torcida”, ser palanque para processos eleitorais futuros e tão pouco ser palco para teorias da conspiração de parlamentares históricos.

A decisão tomada pelo presidente do Senado Federal, fundamentada em dois pareceres jurídicos do corpo técnico da casa, foi pelo encaminhamento da proposição à Comissão de Constituição e Justiça, para definição de parecer sobre sua constitucionalidade, caminho típico de um requerimento de CPI que será negado. Nessa tomada de decisão, o presidente do Senado deixa claro que a CPI da Lava Toga não tem determinação de fato específico, simplesmente por ser um acontecimento indeterminado e inconsistente para as investigações de um trabalho relativamente sério de uma comissão parlamentar de inquérito.

Além disso, tal CPI é um caminho de mão única para uma crise institucional entre Legislativo e Judiciário, situação que o Davi Alcolumbre não quer ser o fiador. †

**CONTINUA**

13 ABR 2019

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

Já imaginou uma sessão da comissão solicitando a manifestação de ministros do Supremo Tribunal Federal, sobre decisões tomadas pelos mesmos no exercício legítimo de suas funções? Ou senadores indagando membros dos Tribunais Superiores sobre possíveis condutas ímprobas, sem ter fatos que justifiquem os questionamentos? Se isso não é uma evidente crise entre poderes, seria no mínimo curioso para a crônica política.

O próprio nome dado para a CPI é sugestivo, se não afrontoso, pois faz uma relação direta da Operação Lava Jato com possíveis irregularidades nos Tribunais Superiores. Dando uma conotação clara de que as possíveis irregularidades não serão investigadas, mas simplesmente enunciadas e apontadas pela CPI. Não sei vocês, mas eu posso ouvir as trombetas do apocalipse sendo tocadas na Praça dos Três Poderes a ple-nos pulmões.

Não sou contra as atividades do Poder Legislativo, e acho justo que os parlamentares possam exercer suas funções livremente, entretanto, não podemos nos valer de um dispositivo constitucional para colocar em xeque as instituições, meramente motivados por um “espírito cí-vico” de que tudo e todas estão corroídos pela ferrugem. Não digo que o Poder Judiciário não tenha problemas que mereçam a atenção do Poder Legislativo, mas devemos ser um pouco mais criteriosos com a utilização das CPIs, principalmente quando elas pretendem ser palco para uma lavagem de roupa suja entre os Poderes. ☹

---

**Francis Augusto Goes Ricken,** advogado e mestre em Ciência Política. É professor da Escola de Direito e Ciências Sociais da Universidade Positivo.

13 ABR 2019

\* PARANÁ **GAZETA DO POVO**  
**É PRECISO REPENSAR A**  
**SEGURANÇA**  
**PÚBLICA**

A realidade com cadeias e delegacias superlotadas de presos, baixo contingente de agentes de segurança, desestimulados por salários defasados, pede alternativas, além do enfrentamento, para desarmar a bomba-relógio da segurança no Estado

**2.555 PESSOAS**

**FORAM VÍTIMAS**

por morte violenta intencional no Paraná em 2017. Ou seja, uma taxa de 22,6 por 100 mil habitantes: A média nacional é 30 por 100 mil habitantes. Os dados são do Anuário Brasileiro de Segurança Pública produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

*Rafael Macedo*

● Ao avaliar somente as últimas estatísticas, o panorama da segurança pública no Paraná é relativamente positivo diante da média nacional. O estado mostra índices altos, porém inferiores à maioria das outras unidades da federação. Mas o cenário fica mais escuro quando se avalia as estruturas garantidoras da segurança, em especial as polícias e o sistema penitenciário. Há décadas, o efetivo não chega perto do quadro total de servidores da segurança pública previsto em lei, salários defasados e presos amontoados em delegacias. Situação que desmotiva quem está na ativa e explica, em partes, porque a polícia paranaense está entre as que mais matam em todo o país e o baixo índice de crimes investigados e solucionados.

Os números mostram que a violência no Paraná vem caindo nos principais indicadores. Isto não quer dizer que os paranaenses vivem em uma ilha segura em meio à

desordem nacional — é que o nível comparativo é ruim. O Paraná ocupa a 7ª posição entre os estados menos violentos do Brasil no que se refere a mortes violentas intencionais. Foram 2.555 vítimas deste crime em 2017, ou seja, taxa de 22,6 por 100 mil habitantes, aponta o Anuário Brasileiro de Segurança Pública produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A média nacional é 30 por 100 mil habitantes.

**CONTINUA**

A quantidade de presos no Brasil quase dobrou em dez anos. Passou de 401,2 mil presos em 2006 para 726,7 mil em 2016, conforme mais recente Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), divulgado em 2017. O Paraná acompanhou a tendência. De acordo com o mesmo estudo, o estado tem a terceira maior população carcerária do Brasil com 51,7 mil presos. O relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), divulgado em agosto de 2018, aponta que existe déficit de 4.744 vagas. Falta lugar para colocar pessoas nos presídios, sobram presos em delegacias.

“Chegamos a ter 15,4 mil presos em delegacia, hoje temos 12 mil. Dos 11 estados da federação que têm presos na delegacia, o Paraná é o campeão”, denuncia André Luiz Gutierrez, presidente licenciado do Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná (Sinclapol) e presidente da Confederação Brasileira dos Policiais Civis.

Mesmo com a imensa população carcerária, apenas os crimes mais graves são investigados. A realidade é um mar de inquéritos parados, investigações que não chegam nem a ser iniciadas e outras tantas que não são concluídas. Isto significa crimes que ficam impunes. “Os números de inquéritos esperando solução são milhares, por falta de pessoal e demora nas perícias”, denuncia Daniel Cortês, vice-presidente do Sinclapol. “80% dos crimes não são investigados, os inquéritos acabam arquivados”, estima coronel da reserva César Alberto Souza e diretor de Comunicação da Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares Ativos, Inativos e Pensionistas (AMAI).

O Paraná reflete a inoperância nacional. Em 2011, a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), formada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pelo Ministério da Justiça, estabeleceu a meta que previa concluir os inquéritos policiais de crimes de homicídios instaurados até o dia 31 de dezembro de 2007 em todo o país. Cinco anos mais tarde, ou seja, em 2016, o que se viu foi o arquivamento em massa destas investigações. O Rio de Janeiro apresentou o pior resultado, com 96% dos inquéritos de assassinatos arquivados. No Paraná, 67% dos inquéritos de homicídios concluídos foram engavetados. Isto significa que não houve sequer um réu pela morte de outra pessoa em nenhum destes casos. Somente 30% resultaram em denúncia à justiça, o que não quer dizer, obrigatoriamente, que houve condenação.

Para especialistas, este cenário mostra que o modelo de segurança pública que vem sendo aplicado há anos não está surtindo efeito. O que se espera é diminuição nos crimes, redução na população carcerária, e que não haja impunidade.

Em algumas cidades do Paraná, especialmente na capital, os moradores observaram que a polícia estava nas ruas nos últimos meses. Em pontos estratégicos eram posicionados viaturas e policiais em horários de pico. De acordo com a AMAI, a Polícia Militar utiliza o número de chamadas e solicitações da população para distribuir as viaturas. “Quando diminui o número de carros no conserto, a população vê mais policiais nas ruas”, aponta a entidade. Para Garcia, a ação

é interessante, porém não tem efeito de longa duração. “Funciona, especialmente pelo efeito inibitório, mas a experiência demonstra que essa medida tende a perder fôlego com o passar do tempo. Seja pelos custos envolvidos, seja pela rápida adaptação e migração da criminalidade. Afinal, a polícia não consegue estar em todos os lugares ao mesmo tempo”, pondera o conselheiro estadual da OAB-PR.

### Origem do mal

Estudos mostram que países com maiores desigualdades sociais, alto índice de pobreza, onde o Estado não oferece amparo, possibilidade de estudo, primeiro emprego e saneamento básico, a insegurança é maior. “A criminalidade não vem de fora”, define Aknaton Toczek Souza, pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Quando o governo não atende as necessidades mais básicas das pessoas ajuda a criar um ambiente ideal para fomentar a indústria marginal, capaz de gerar renda e angariar adeptos. De acordo com José Carlos Garcia, conselheiro estadual da Ordem dos Advogados do Paraná (OAB-PR), os crimes contra a vida e contra o patrimônio (furto e roubo) são os que causam maior sensação de insegurança na população. “Porém, a alta taxa de incidência desses delitos está direta ou indiretamente associada ao tráfico de drogas”, relaciona.

**CONTINUA**

O tráfico é atividade econômica importante, que oferece muitos “empregos” informais e movimenta altas quantias de dinheiro. “Ocupa espaços em que o Estado não está, substituindo, muitas vezes, diversos serviços públicos importantes”, argumenta Garcia. “Não por acaso, é a população de baixa renda que sente e sofre as maiores consequências da violência no País”, completa. “Gostaria de chamar atenção para Piraquara e Almirante Tamandaré, que estão entre as 30 cidades mais violentas do país e têm baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH)”, relaciona. A Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece que o IDH é inversamente proporcional ao processo de criminalização.

Apesar da sensação de insegurança atingir todas as classes sociais, os números mostram que a violência é muito maior para os pobres. Segundo o Atlas da Violência 2017, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Foi constatado que em todas as Unidades da Federação os negros com idade entre 12 e 29 anos apresentavam mais risco de exposição à violência que os brancos na mesma faixa etária.

A única exceção é o Paraná, onde os brancos apresentam a taxa de 30,6 assassinatos para cada 100 mil habitantes enquanto que entre os negros o índice é 19. “Segundo o último censo, o Paraná possui 3.3% da população negra, ou seja, proporcionalmente (o índice) ainda é maior”, explica Souza. O dado reforça também que a desigualdade econômica e social é alto fator de risco. “Quem vai à periferia sente medo, está entrando em uma zona de conflito, tem toque de recolher”, aponta o pesquisador.

Na visão do especialista, quando as estruturas que geram comportamentos indevidos não são atacadas, as políticas públicas são ineficazes. “Tem que evitar que as comunidades periféricas fiquem desertificadas, sem presença do Estado, sem que as pessoas possam se sociabilizar”, argumenta.

A estrutura atual dos presídios, superlotados e dominados por facções criminosas que veem aumentar o número de integrantes a cada novo preso. “A proposta de reintegração e ressocialização é uma mentira. Ninguém pode ser (res)socializado se não foi alguma vez socializado (citando o jurista França Júnior), se nunca pertenceu ao convívio social”, avalia Garcia. Para ele, o sistema penitenciário é uma ideia de contenção e segregação e precisa ser repensado.

### Tem solução?

O quadro parece transparecer que a solução para segurança pública não existe, ou se há alguma, levaria décadas para ocorrer. Porém, alguns especialistas são mais otimistas e enxergam efeitos em curto prazo, desde que o problema seja enfrentado adequadamente.

Entre as primeiras medidas está o investimento em pesquisa científica. “Só vamos superar problemas graves se compreendermos as reais dimensões deles”, afirma Souza. O especialista aponta que a grande maioria das políticas públicas é baseada em opiniões pessoais e “achismos”, sem embasamento consistente. “Não conseguem dar conta da realidade porque não compreendem o fenômeno criminal”, argumenta. Dentro desta ótica, o especialista sugere, por exemplo, a criação de centros de investigação e bolsas de pesquisa para desenvolver políticas públicas.

Diante do que as pesquisas mundiais já apontam, Souza argumenta que a ação inicial passa pela estruturação das comunidades em locais, hoje, desassistidos. “Sabemos que jovens integrados nas escolas, que conseguem primeiro emprego e possuem espaços públicos para integração geralmente não são cooptados pela criminalidade”, destaca. De acordo com o pesquisador, são medidas que não custam tão caro ao poder público e têm impacto quase que imediato. “Em poucos meses já se pode verificar mudanças.”

O conselheiro da OAB-PR concorda com a abordagem. “A política de segurança pública deve compreender o investimento em serviços públicos: saúde, educação, saneamento básico, iluminação pública nas comunidades mais carentes”, enumera Garcia. O advogado ressalta também que é imprescindível investir na polícia. Principalmente na área de inteligência e investigação.

**CONTINUA**

Este aspecto é reforçado por Diógenes Lucca, autor de livros sobre segurança pública e ex-comandante do Gate, que acha necessário mudar a filosofia de gestão. “A segurança pública nunca foi considerada política de Estado, sempre de governo. São pensadas para o alcance máximo de quatro anos”, considera.

“Começaria com estudo profundo nos estados porque penso que o grande contato do cidadão é com a polícia nos níveis estaduais”, acredita. Ele acredita que polícias municipais e estaduais realizam os mesmo trabalho em algumas ocasiões e perdem eficiência. “Mereceria fazer um estudo sobre a sobreposição de tarefas das polícias.” O procedimento da Polícia Militar em Santa Catarina está entre os exemplos lembrados por Lucca. “Nos crimes de menor potencial ofensivo,

o policial que está na rua rapidamente resolve a ocorrência, faz termo circunstanciado e está de volta ao patrulhamento. Na viatura, ele tem uma impressora que imprime a intimação e o exame para fazer no pronto socorro”, exemplifica.

Medida citada tanto por representantes das polícias como por especialistas é o atendimento policial com ciclo completo. Diferente do que acontece atualmente, neste modelo a Polícia Militar faz também os trâmites administrativos e encaminha a documentação ao Ministério Público. O Brasil é um dos únicos países do mundo em que existe a divisão de funções. O Projeto de Emenda Constitucional 430, que pretende implementar o ciclo completo, tramita na Câmara dos Deputados desde 2009.

O especialista afirma que é preciso também diminuir o número de quartéis. “O efetivo que você tem para manter o quartel pode ir para rua. Pode-se otimizar sem gastar um tostão funcionando de forma mais integrada e mais harmônica”, afirma. “Poderíamos ter um número somente para emergência. Uma central congrega todos os serviços e destaca o que atende aquela ocorrência, bombeiros, polícia, atendimento de saúde, controle de animais...”, sugere.

O peso da criminalização e como corrigir o desvio de comportamento é um assunto que divide opiniões. De um lado estão especialistas que avaliam que no Brasil prende-se muito e mal. Este sistema teria efeito negativo, porque ao mesmo tempo em que não inibe o crime piora o problema. De acordo com esta linha de raciocínio, presos de menor potencial ofensivo, a grande maioria, são encarcerados em prisões superlotadas, precisam se enquadrar à nova realidade e acabam saindo piores do que entraram, muitas vezes, como integrantes de facção criminosa. “Pessoas que são presas por furtos como comida ou pelo porte de pequenas quantidades de droga, estão associados a outros fatores como miserabilidade, drogadição e abandono. Então, melhorar políticas de assistência social funciona como filtro”, argumenta Souza.

Para o coronel reformado e diretor de comunicação da AMAI acredita que a decisão de juiz de primeira instância já determina a culpabilidade do réu, que deveria sair do julgamento direto para a prisão em caso de condenação. “A partir disto, o que se tem é um recurso em 2º grau,

que pode ou não ter efeito suspensivo”. A ideia seria coibir a impunidade.

Para Garcia, no Brasil, prende-se pouco por delitos graves e violentos. Por isto ele também acredita que deveria haver mais racionalidade no número de prisões. “As facções criminosas se formaram e fortaleceram com a grande massa carcerária”, completa.

A Secretaria de Segurança Pública foi procurada sobre vários pontos da reportagem, inclusive em relação às corporações citadas, mas não houve resposta aos questionamentos até o fechamento desta edição.

## POLÍCIAPEDE SOCORRO

● Os agentes que estão na linha de frente da prevenção, combate e investigação de crimes estão desamparados. Isto é o que dizem as entidades que defendem a categoria. Falta gente, estrutura e remuneração, salários defasados que estão sem correção da inflação desde 2016. “Estamos vendo a Polícia Civil definhando”, desabafa Gutierrez, falando pelos policiais civis. De acordo com o presidente do Sinclapol, o quadrô total da corporação no Paraná, previsto em lei, é de 7.205, porém trabalham atualmente 3.950 profissionais.

CONTINUA

“Este quadro já está defasado”, ressalta Fabio Barddal. Ele argumenta que na década de 80, este era este o número previsto para atender o estado. “A população era de 6 milhões de pessoas na época, hoje são 11 milhões. O índice de criminalidade aumentou quase 10 vezes, levando em conta mortes para cada 100 mil habitantes”, compara.

Contabilizando somente o número de policiais civis, estão empregados hoje 2.300, quase metade do efetivo total. “Sendo que deste pessoal tem que descontar ainda os que estão em férias, afastados e licenciados para tratamento médico”, afirma Barddal. De acordo com Alexandre Brondani, presidente do Sindicato dos Peritos Oficiais e Auxiliares do Paraná (Sinpoapar), existem 146 peritos criminais para realizar o levantamento de provas em crimes realizados em todas as cidades do estado. “Isto causa atraso nas perícias e consequentemente atrasos na solução de crimes que realmente dependem de exame de local”, aponta.

A falta de pessoal também provoca a subutilização de estruturas. “Temos 399 municípios, existem delegacias fechadas, sem pessoal, em 286. Já nos justificaram que cidades com pouco movimento não necessitam de uma estrutura própria, porém o município paga imposto por segurança e não tem o benefício”, avalia Cortês. Ele conta que este cenário obriga, muitas vezes, que uma guarnição da polícia militar que tenha atendido a ocorrência se desloque para outro município para registrar o crime e depois voltar à cidade de origem.

Como muitas delegacias no Paraná se tornaram mini presídios, muitos policiais assumiram a função de agentes carcerários. Com profissionais em número reduzido, e parte deles fixados em delegacias, o resultado é desanimador. “Só pega bandido descuidado, que é pego em flagrante. As grandes quadrilhas, o crime organizado que demandam investigação para desbaratar não acontece porque a Polícia Civil não tem gente para fazer o trabalho”, denuncia Barddal. A exceção são as divisões especiais como Cope, Tigre e Denarc, apelidadas de “ilhas de prosperidade”.

Salário é outro problema grave. Pelas contas do sindicato, a defasagem no contracheque do agente civil é de 18,75%. “Não é aumento, é

reajuste como obriga a legislação e que não recebemos desde 2016”, desabafa Cortês. Ele acende um alerta para a saúde do policial. “Nos últimos 15 meses aconteceram sete suicídios e uma tentativa, está virando epidemia”, lamenta Barddal.

Na Polícia Militar a situação não muda muito. Com efetivo previsto de 27 mil PMs, atuam hoje 21 mil homens e mulheres. “O governo herdou uma situação crítica de efetivo com falta de recursos para pagar os policiais existentes que estão tendo seus parques vencimentos corroídos há quatro anos”, avalia o coronel da reserva César Alberto Souza, diretor de Comunicação da AMAI.

Entre as metas da entidade também está o reajuste salarial. Eles querem receber a data base de 2018 e 2019 e em seguida negociar o recebimento da data base de 2015 a 2017. “Estimamos que o impacto para conceder a data base a todos do Executivo seja de R\$ 1,7 bilhão, descontando o que ficaria para o Estado de IR (Imposto de Renda) e previdência. Os atrasados seriam pagos parceladamente. Outros direitos da PM-PR custam mais R\$ 200 milhões, o que já está previsto no orçamento 2019 e está sinalizado que será cumprido. A data base que está mais difícil”, avalia Souza. Os policiais e bombeiros militares não recebem hora extra, auxílio alimentação, auxílio saúde e adicional noturno.

A estrutura também é deficitária. Até o final de 2018 os agentes utilizavam vestes balísticas recauchutadas, as viaturas não têm proteção balística, parte das armas tem “funcionamento inseguro”.

**CONTINUA**

O coronel reformado aponta que 40% das viaturas precisam de reparos e estão velhas. “Quanto ao combustível o problema foi sanado”, aponta o representante da entidade. Mas a frota continua com problemas e é insuficiente. “Basta lembrar o episódio de Fazenda Rio Grande, apenas três viaturas para uma cidade de cem mil habitantes pode ter sido um dos fatores que concorreu para a tragédia que vitimou Daniela Eduarda Alves (morta a facadas pelo marido no dia 14 de março)”, lembra.

A AMAI garante que está dialogando com o governo e que pela primeira vez tem o apoio de uma bancada de policiais na Assembleia Legislativa “para mostrar ao governo a necessidade de prover segurança aos paranaenses”.

## CAMPO DE GUERRA

As mortes em confrontos com policiais no Paraná aumentaram quase 19% ano passado na comparação com 2017, de acordo com números divulgados pelo Ministério Público do Paraná (MP-PR) em janeiro. Em 2018, foram registradas 327 mortes decorrentes de ações policiais. “É um ciclo vicioso. A violência, especialmente de uma categoria de marginais, tem se elevado, a imprensa veicula isto, que interfere no comportamento policial. Quando ele é chamado, já se coloca em uma situação de auto cuidado pessoal. Ele encontra um enfrentamento e estes números vão crescendo”, explica Leonir Batisti, coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

Conforme índices levantados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o Paraná divide com Goiás a 5ª posição entre os Estados que mais matam durante ações policiais, em 2017 foram 265 vítimas. O Rio de Janeiro lidera disparado este ranking com 1.127 mortes.

Por outro lado, a morte de policiais em confrontos é relativamente baixa e, na maioria dos casos, o agente da lei é assassinado enquanto faz bico como segurança e não durante o trabalho. Pelos dados do Anuário de Segurança Pública, nove policiais foram assassinados no Paraná em 2017, dos quais seis não estavam em serviço.

Para especialistas, a alta taxa de letalidade da polícia não é um dado a ser comemorado. Ele apresenta dois perigosos efeitos colaterais imediatos: aumento na morte de inocentes em abordagens equivocadas e reação contrária em maior medida pelos marginais. As baixas também não diminuem os índices de criminalidade.

Além da escalada na violência, outros fatores contribuem para o alto número de mortes em confrontos com a polícia. Entre eles está o incentivo da parte da sociedade, que pela sensação de insegurança, acredita que ações policiais que terminam com a morte do suspeito obtiveram êxito. “O pensamento de bandido bom é bandido morto é um tiro no pé em um país democrático. Este discurso utilizado por alguns políticos é muito perigoso e pode incentivar pessoas a fazerem besteira. Sempre falei durante minha gestão no Gate: ‘nós policiais devemos ser defensores da observância da lei’”, pondera Diógenes Lucca, especialista em Segurança e ex-comandante do Grupo de Ações Táticas Especiais de São Paulo (Gate). “Não significa que quero defender bandido, longe disto. Mas se ele quer sair dali vivo e preso, sem um fio de cabelo desarrumado vai ser assim. Se ele forçar a barra tem remédio para isto, inclusive com o uso da força letal. Daí, há a distância de um abismo entre agir dentro um estado democrático de direito e na chamada da vingança privada ou na emoção da população”, completa.

De acordo com José Carlos Garcia, conselheiro estadual da OAB-PR, a polícia não precisa ser violenta e sim inteligente. “Quanto maiores forem os recursos de inteligência, menor será a exposição ao risco pessoal do policial”, garante.

**CONTINUA**

13 ABR 2019

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“A militarização da segurança pública, isto não diz respeito somente à polícia militar, tem o raciocínio que o bandido é um inimigo externo, deve ser eliminado”, completa Aknaton Toczek Souza, pesquisador do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH) da UFPR. Este direcionamento aumenta a letalidade policial, e contribui para a escalada da violência também na outra ponta. “Este processo, mapeado pelas pesquisas norte-americanas, causa também a militarização da criminalidade, que contribui para a letalidade e mortalidade policial”, garante Souza. “Se os criminosos sabem que se encontrarem um policial eles morrerão, obviamente, reagem pensando em matá-los.”

Para o presidente do Sinclapol deveria haver a desmilitarização. “Pelo caráter militar aumentam (as mortes). Militar é soldado, um combatente, polícia é para servir e proteger”, argumenta Fabio Barddal. Isto também viabilizaria a fusão das polícias e a carreira única, um desejo da entidade. O servidor entraria como policial e ao longo da carreira ocupa outras funções até chegar a delegado, eventualmente. ●

“(O tráfico) ocupa espaços em que o Estado não está, substituindo, muitas vezes, diversos serviços públicos importantes. Não por acaso, é a população de baixa renda que sente e sofre as maiores consequências da violência no País”.

José Carlos Garcia, conselheiro estadual da Ordem dos Advogados do Paraná (OAB-PR)

13 ABR 2019

# GAZETA DO POVO

## Justiça proíbe retirada de radares de rodovias

● A juíza Diana Wanderley, da 5.ª Vara Federal em Brasília, determinou na quarta-feira (10), em decisão liminar (provisória), que nenhum radar de velocidade seja retirado das rodovias federais e que o governo renove por 60 dias contratos que estejam perto de expirar. Ela também determinou multa diária de R\$ 50 mil para o governo se não cumprir a decisão. Cabe recurso. Em 31 de março, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) anunciou o cancelamento da instalação de 8 mil radares em rodovias federais. A magistrada atendeu a um pedido do senador Fabiano Contarato (Rede-ES), que ajuizou uma ação popular logo depois que o presidente disse, numa transmissão via Facebook, que extinguiria radares em todo o país.

## COLUNA DO LEITOR STF

Na verdade, o Supremo não se equivoca, alguns ministros têm tomado decisões monocráticas, fazendo a sua interpretação pessoal da Constituição e beneficiando bandidos e amigos. Ignoram assim os anseios de 200 milhões de brasileiros que querem celeridade e punição para os grandes marginais, e não gambiarras jurídicas protelatórias.

Luiz Aparecido de Carvalho

### INJÚRIA

## Justiça condena Danilo Gentili a 6 meses de detenção

● O humorista Danilo Gentili, que conduz o programa "The Noite" no SBT, foi condenado à pena de seis meses e 28 dias de detenção, em regime semiaberto por crime de injúria contra a deputada Maria do Rosário (PT-RS). A sentença foi dada na quarta-feira (10). Gentili poderá recorrer da decisão em liberdade. O processo foi movido pela parlamentar após Gentili publicar, em suas redes sociais, um vídeo em resposta a uma notificação extrajudicial enviada pela deputada. No documento, Maria do Rosário solicitava que o comediante removesse três postagens feitas contra ela no Twitter. Nas imagens, Gentili aparece esfregando o papel nas partes íntimas e depois os envia de volta à parlamentar, usando linguajar pesado e irônico.

13 ABR 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## À PF, Odebrecht diz que Toffoli é o 'amigo do amigo do meu pai'

Codônimo aparece em e-mails apreendidos; mensagens não citam irregularidades do presidente do Supremo

*Fabio Serapião* / BRASÍLIA  
*Luiz Vassallo*

O empresário Marcelo Odebrecht afirmou à Polícia Federal que o codinome “amigo do amigo do meu pai”, citado em e-mails apreendidos em seu computador, se refere ao ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal. A informação consta nas explicações que o empreiteiro encaminhou após pedido de mais esclarecimentos feitos pela PF.

Marcelo Odebrecht se refere a um e-mail de 13 de julho de 2007, quando o ministro ocupava o cargo de advogado-geral da União no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – em abril de 2017, em depoimento ao então juiz Sérgio Moro, o empresário informou que o codinome “amigo”, que constava na planilha de pagamento de propinas da empreiteira, se referia ao petista.

Procurado, o Supremo não se manifestou. Interlocutores do ministro Dias Toffoli alegam que a troca de e-mails já era de conhecimento público desde o ano passado. A confirmação de Odebrecht foi revelada pela revista digital *Crusoe*.

As informações enviadas pelo empresário são parte do acordo de colaboração premiada firmado por ele com a Procuradoria-Geral da República. O delator está desde dezembro de 2017 em prisão domiciliar depois de passar cerca de dois anos presos em Curitiba.

Na mensagem eletrônica, Marcelo Odebrecht pergunta aos executivos Adriano Maia e

### ● 'Tratativas'

“Refere-se a tratativas sobre hidrelétricas (...) ‘Amigo do amigo de meu pai’ se refere a José Antônio Dias Toffoli.”

Marcelo Odebrecht  
EM DOCUMENTO ENVIADO À PF

Irineu Meireles: “Afiml vocês fecharam com o amigo do amigo de meu pai?”. Não há, entretanto, no documento enviado pelos advogados do empreiteiro à PF citações a pagamentos para o ministro. Segundo o empresário, para saber mais sobre os fatos, a PF deve questionar o ex-diretor jurídico da Odebrecht Adriano Maia, que, segundo ele, foi quem comandou as tratativas com Toffoli.

“Refere-se a tratativas que Adriano Maia tinha com a AGU sobre temas envolvendo as hidrelétricas do Rio Madeira. ‘Amigo do amigo de meu pai’ se refere a José Antônio Dias Toffoli. A natureza e o conteúdo dessas tratativas, porém, só podem ser devidamente esclarecidos por Adriano Maia, que as conduziu”, disse o empresário.

Adriano Maia e Marcelo Odebrecht brigaram após a assinatura do acordo de colaboração premiada dos executivos da empreiteira. O pano de fundo da disputa entre os dois foi o fato de o herdeiro da empresa entender que se responsabilizou pela maioria das irregularidades praticadas pela empresa, enquanto o ex-diretor jurídico não teria feito o mesmo.

No acordo de delação de executivos e ex-executivos da Odebrecht, a obra da hidrelétrica no Rio Madeira aparece como uma das que tiveram pagamento de propina. Nos acordos, tornados públicos em 2017, há referências ao codinome “amigo do amigo do meu pai”, mas o nome de Dias Toffoli não é citado.

Emílio Odebrecht, pai de Marcelo, e Henrique Valladares, executivo da empresa, citaram em suas colaborações premiadas os pagamentos indevidos ligados a obras em hidrelétricas no Rio Madeira.

13 ABR 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### Para Moraes, CPI afeta independência do Poder Judiciário

● O ministro do Supremo Federal Alexandre de Moraes afirmou ontem que a CPI da Lava Toga – que pretende investigar suposto “ativismo judicial” em tribunais superiores – afetaria a independência do Poder Judiciário. “Não é possível uma comissão parlamentar que pretenda, por exemplo, como estava no recurso, analisar como se dá a produção do gabinete para levar ao voto do ministro. Era querer afetar a independência do Judiciário”, disse Moraes em São Paulo, onde participou de evento. Ainda segundo o ministro, a Constituição não autoriza a criação e instalação de CPIs sobre outros Poderes.

Nesta semana, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado recomendou o arquivamento do pedido de criação da CPI. A maioria dos integrantes a CCJ votou com o relatório do senador Rogério Carvalho (PT-SE), que recomendou não levar adiante a iniciativa. A decisão ainda será apreciada pelo plenário. / MATEUS FAGUNDES

### COLUNA DO ESTADÃO

● Corrida... A Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal mudou às pressas os critérios para a indicar candidatos às vagas do Tribunal de Justiça. A alteração deve dificultar o acesso de Gustavo Rocha à lista de cotados para a Corte.

● ...de obstáculos. Gustavo do Vale foi ministro dos Direitos Humanos da gestão Michel Temer e é secretário de Justiça do governador Ibaneis Rocha, adversário do atual presidente da OAB-DF, Délio Lins e Silva.

### SÔNIA RACY

● Luiz Gonçalves, procurador eleitoral de SP, esclarece: não concorda com a decisão do STF segundo a qual cabe à Justiça Eleitoral julgar corrupção quando houver caixa dois. Acha que a JE não está preparada mas, tendo em vista a decisão, diz que o MP eleitoral vai se dotar de estrutura para a tarefa.

13 ABR 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## Palocci pede autorização à Justiça para voltar a trabalhar

Ex-ministro, que cumpre prisão em casa, recebeu convite para assessorar empresa que ministra cursos a distância

**Ricardo Galhardo**  
**Ricardo Brandt**

O ex-ministro Antonio Palocci pediu autorização à Justiça para voltar a trabalhar. Segundo o requerimento feito à 12.<sup>a</sup> Vara Federal de Curitiba, Palocci recebeu um convite para ser “assessor de planejamento” do Instituto Universal Brasileiro, empresa que desde a década de 40 ministra cursos a distância.

De acordo com a defesa do ex-ministro, Palocci não vai ter salário fixo. A remuneração vai depender dos ganhos financeiros que o ex-todo-poderoso czar da economia nos governos Luiz Inácio Lula da Silva proporcionar à empresa.

Em janeiro, o Estado mostrou que ele disse a pessoas próximas que desejava retomar as atividades de consultor. Antes, ele próprio confessou ter usado a empresa Projeto Consultoria para camuflar milhões de reais oriundos de propinas.

Desde novembro Palocci cumpre pena em seu apartamento no bairro dos Jardins, em São Paulo. Condenado a 12 anos e 2 meses de detenção na Lava Jato, o ex-petista ganhou o benefício e redução na pena para 9 anos de prisão depois de se tornar colaborador da Justiça.

Em audiência com o juiz Danilo Pereira Junior, no fim do ano passado, ele mesmo pediu autorização para voltar a trabalhar. “Não quero passear, não quero nada, mas trabalhar, assim, acho que é uma necessidade familiar”, disse Palocci ao magistrado. “Não sei se isso conta, desculpe minha ignorância, mas eu sou autônomo, eu dependo de trabalhar e acho

que no processo de cumprimento de pena o trabalho não é negativo né? Tenho certeza de que o senhor pensa assim também”, completou o ex-ministro.

“Não, muito pelo contrário”, respondeu o juiz.

Segundo o pedido encaminhado em

4 de abril, Palocci cumpriria jornada das 9h às 17h de segunda a sexta-feira em uma das sedes do IUB em São Paulo.

Hoje o ex-ministro cumpre pena em regime “semiaberto diferenciado com recolhimento residencial integral”, usa tornozeleira eletrônica e só pode sair de casa com autorização judicial. As visitas são limitadas a pessoas sem relação com a Lava Jato.

**Rotina.** Segundo pessoas próximas, Palocci passa os dias cuidando de plantas e escrevendo, no apartamento

de 500 m<sup>2</sup> avaliado em R\$ 12 milhões nos Jardins.

Palocci adquiriu o hábito de plantar mudas de árvores frutíferas nos dois anos em que esteve preso em Curitiba. Na época ele aproveitava as sementes das frutas que consumia e semeava mudas com as quais presentearia colegas de cárcere e visitantes. Além disso, o ex-ministro faz exercícios físicos e escreve um livro com as reflexões que anotou na cadeia sobre os erros dele próprio e do PT.

O pedido de Palocci ainda será apreciado pelo Ministério Público Federal. A Procuradoria já questionou réus da Lava Jato que fizeram cursos a distância pelo IUB para abater penas.

O Instituto Universal Brasileiro afirmou que ofereceu uma vaga a Palocci, mas que, desde o fim de março, as conversas não avançaram. Ainda segundo o instituto, não foram discutidas questões de remuneração e não houve contratação.

### Ex-ministro tem nova condenação

● Sentenciado na Lava Jato por corrupção e lavagem de dinheiro, o ex-ministro Antonio Palocci foi condenado agora pela Justiça Estadual por improbidade administrativa durante sua gestão na prefeitura de Ribeirão Preto (SP), em 2002. A decisão do juiz Reginaldo Siqueira, da 1.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública da cidade, é de 29 de março. Como resultado da nova condenação, o ex-ministro teve seus direitos políticos suspensos por cinco anos e vai ter de pagar R\$ 2 milhões por “irregularidades e atos lesivos ao patrimônio público”. A defesa de Palocci nega as acusações. / R.B.

13 ABR 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

# Justiça e Prefeitura suspendem derrubada de antiga vila de SP

Demolição de conjunto de sobrados da Vila Mariana está suspensa até Conpresp avaliar pedido de tombamento

A Prefeitura de São Paulo revogou ontem os alvarás que permitiam a demolição de um antigo conjunto de sobrados da Vila Mariana, na zona sul da capital paulista. A decisão deixa a derrubada suspensa até o pedido de tombamento do local ser avaliado, o que está marcado para segunda-feira. Uma liminar da 16.<sup>a</sup> Vara da Fazenda Pública também determinou a interrupção até a publicação de um parecer do Ministério Público.

O reconhecimento das casas como patrimônio histórico foi requerido em 2006 pela arquiteta Cíntia Padovan, de 58 anos.

Mesmo 13 anos depois, o processo ainda não foi avaliado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp).

Caso o conselho acate o pedido, será aberto um estudo de tombamento e, depois, será feita a deliberação final. Nesse período, intervenções somente são permitidas com prévia autorização do Conpresp.

Os sobrados são dos anos 1930 e têm estilo italiano, segundo Cíntia. A vila margeia a Rua Fabrício Vampré, que é de paralelepípedos, mas têm entrada pela Avenida Conselheiro Rodrigues Alves. Na quinta-feira, o muro do entorno da vila chegou a ser derrubado, por estar com avarias, enquanto parte das janelas e portas teria sido retirada no dia anterior.

“Ninguém mexeu nas características das casas. A vila é muito conservada, tem uma formação de praça. Ainda tem gancho de amarrar cavalo e uma curva que

só carroça e carro pequeno para entrar”, explicou Cíntia, que morou no local por 29 anos.

Os sobrados foram esvaziados em 2017, a pedido dos proprietários. Os inquilinos afirmam ter se proposto a comprar, o que não foi acatado.

Hoje, a vila pertence à Ordem da Imaculada Conceição. O Estado não conseguiu contato com a entidade ontem. Na quinta-feira, ela alegou ter adotado “os procedimentos legais e obtido as devida autorizações para a execução dos serviços, agindo, portanto, dentro da legalidade e do exercício do direito sobre a propriedade”.

**Comunidade.** A demolição causou protesto de ex-moradores e vizinhos. Parte deles pretende ir ao Conpresp na segunda. “A expectativa é de que o processo seja analisado e seja valorizado o patrimônio e a história da cidade”, diz a cineasta Ana Petta, de 43 anos, que morou na vila. “A movimentação sensibilizou a sociedade sobre uma questão fundamental, que é o tipo de cidade que queremos. A vila representa um modelo de preservação da história e das relações humanas, tem a questão arquitetônica e tem o tipo de relação com a capital.”/P.M.

14 ABR 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### A prisão e a punição

**A** decisão da 2.<sup>a</sup> Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de revogar a prisão preventiva do ex-presidente do Banco do Brasil e da Petrobrás Aldemir Bendine ajuda a restabelecer um importante princípio do processo penal. A pena deve vir após a condenação, e não antes. Nos últimos anos tem sido frequente que juízes apliquem a prisão preventiva além dos casos permitidos pela lei, transformando a medida, que tem finalidade específica, num modo de punir antes de condenar.

Aldemir Bendine estava preso desde julho de 2017 por ordem do então juiz Sergio Moro no âmbito da Operação Coبرا. Segundo o Ministério Público, o ex-presidente da Petrobrás, após pedir propina de R\$ 17 milhões para a Odebrecht, teria recebido R\$ 3 milhões entre junho e julho de 2015. O pedido de prisão alegava que o investigado, tendo comprado uma passagem de avião para Lisboa, planejava fugir do Brasil. Na ocasião, o juiz Sergio Moro decretou prisão temporária, que tem prazo legal de cinco dias.

Diante das circunstâncias, era possível vislumbrar sentido na medida cautelar decretada. No entanto, aquilo que até podia justificar a prisão provisória de cinco dias foi usado depois como fundamento para decretar uma prisão preventiva que, sem prazo definido por lei, acabou por du-

rar quase dois anos.

Para decretar uma prisão preventiva – e muito especialmente para mantê-la ao longo de tanto tempo – é necessário demonstrar que os requisitos legais estão preenchidos. Não basta citar as condições da lei. A decisão sobre uma prisão preventiva precisa estar “devidamente fundamentada, amparada em fatos concretos, e não apenas em hipóteses ou conjecturas”, lembrou o ministro Gilmar Mendes, cujo voto foi seguido pelos ministros Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

Essa exigência não é tolerância com a impunidade ou com a ineficiência da Justiça. Trata-se de assegurar a efetividade das liberdades e garantias, comuns a todos os cidadãos.

Ao defender a manutenção da prisão preventiva no julgamento do habeas corpus, a Procuradoria-Geral da República alegou a gravidade da conduta do réu. Colocado no cargo de presidente da Petrobrás para barrar a corrupção na empresa, ele teria exigido as mesmas vantagens indevidas, como se fazia antes, afirmou a subprocuradora Claudia Sampaio. Se Bendine procedeu dessa forma, teve conduta grave. Mas isso não é motivo, por si só, para prisão preventiva. Quando se aplica a prisão preventiva pela suposta gravidade da conduta do réu está havendo um adiantamento indevido da pena.

Vencido em seu voto para manter Aldemir Bendine preso, o ministro Edson Fachin entendeu que não cabia o ha-

beas corpus tendo em vista que o réu foi condenado pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro e que, na decisão, foi mantida a prisão preventiva. A sentença seria, assim, um argumento a mais para a prisão preventiva. Ora, a decisão de primeira instância não faz preencher os requisitos legais da prisão preventiva, como se a culpabilidade do réu, reconhecida na sentença, autorizasse a medida preventiva de restrição de liberdade. Um Estado Democrático de Direito deve ser intransigente na defesa das liberdades individuais. Não cabe dar prisão preventiva sob o argumento de que o réu seria culpado, o que representa uma antecipação de pena e fere o princípio da presunção de inocência.

Ao revogar a prisão preventiva de Bendine, a 2.<sup>a</sup> Turma do STF aplicou outras medidas cautelares, determinando o comparecimento periódico em juízo e a proibição de se ausentar da comarca e do País e de manter contato com outros investigados. A Justiça pode conseguir os mesmos objetivos de efetividade sem precisar atuar fora da lei. Além disso, tão logo seja confirmada pela segunda instância a sentença condenatória, Aldemir Bendine deverá voltar à cadeia para cumprir a pena que lhe seja imposta, conforme jurisprudência assente da Suprema Corte. Cada coisa em seu tempo e com o devido fundamento legal – eis o modo de proceder de um Estado Democrático de Direito.

14 ABR 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO  
ESTADÃO

### Deputado vê homofobia como uma 'patologia'

**E**nquanto o Supremo Tribunal Federal não retoma o julgamento da criminalização da homofobia, o Congresso corre para resolver a questão. O deputado Sóstenes Cavalcante (DEM-RJ), da bancada evangélica, assumiu com os presidentes da Câmara e do STF, Rodrigo Maia e Dias Toffoli, o compromisso de encontrar uma solução. O parlamentar tem reunido especialistas para propor tratar a homofobia como “patologia psiquiátrica”. Quando a junta médica avaliar que é o caso, será aplicada como agravante aos crimes de lesão corporal e homicídio.

● **Urgência.** No almoço que reuniu o presidente Jair Bolsonaro, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e Toffoli com a bancada evangélica, Sóstenes comunicou a intenção de apresentar o projeto de lei em 15 dias.

● **Trombone.** A proposta trará ainda um dispositivo para garantir a “liberdade de expressão” a pastores e religiosos que façam críticas ou que digam que a homoafetividade é pecado.

15 ABR 2019

# O ESTADO DE S. PAULO STF já foi acionado 24 vezes para barrar medidas de governo

Campeã de contestações no Supremo é a medida provisória que reforça caráter facultativo da contribuição sindical

*Rafael Moraes Moura  
Amanda Pupo* / BRASÍLIA

Em três meses e meio de presidência de Jair Bolsonaro (PSL), o Supremo Tribunal Federal (STF) foi acionado ao menos 24 vezes para barrar medidas do Palácio do Planalto, aponta levantamento feito pelo **Estado**. A “campeã” de contestações é a Medida Provisória que reforça o caráter facultativo da contribuição sindical, alvo de 12 ações.

Entre outras iniciativas do governo já questionadas perante ao Supremo estão a extinção do Ministério do Trabalho e a transferência para o Ministério da Agricultura da atribuição de demarcar terras indígenas – mudanças implantadas pela mesma medida provisória, judicializada no segundo dia do governo, em 2 de janeiro. O STF ainda não analisou o mérito de nenhum desses processos.

A expectativa dentro do tribunal é a de que o número de ações aumente com o avanço das discussões sobre a reforma da Previdência, considerada estratégica pelo Planalto. Em março, a Advocacia-Geral da União (AGU) anunciou a criação de uma força-tarefa para fazer uma “blindagem jurídica” da medida, como uma forma de afastar eventuais problemas em tribunais. Em outra frente, o ministro da Economia, Paulo Guedes, já almoçou com o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, e se reuniu com outros integrantes da Corte para tratar do tema, causando boa impressão entre os magistrados.

Até agora, oito dos 24 processos que tramitam no Supremo contra medidas do governo Bolsonaro já foram arquivados ou extintos, por questões processuais, como falta de legitimidade dos autores das ações ou então quando houve “perda de objeto” – como no caso de um decreto assinado pelo vice-presidente Hamilton Mourão que ampliava o número de servidores que poderiam ser autorizados a impor sigilos a documentos públicos, mas acabou revogado pelo próprio governo.

Os demais seguem em andamento no tribunal, sem previsão de quando serão liberados para julgamento. O PDT ingressou com duas ações no Supremo contra ações do governo Bolsonaro que contestam a extinção do Ministério do Trabalho e a medida que reforça o caráter facultativo da contribuição sindical.

A Rede Sustentabilidade e o PSB já recorreram ao Supremo para barrar a reorganização dos ministérios e transferência de competências das pastas, enquanto o PCdoB quer invalidar novas regras que facilitam a posse de arma de fogo. O PT aguarda explicações da Casa Civil e do Ministério da Justiça para ingressar com uma ação contra a medida.

O desagrado de políticos com a MP que alterou a estrutura dos ministérios não foi exposto apenas no STF. Como mostrou o **Estado**, a medida já recebeu 539 emendas no âmbito do Congresso, que precisa converter o ato de Bolsonaro em lei. No Supremo, a Rede ataca trecho da medida que atribui à secretaria de Governo da Presidência a supervisão e coordenação das atividades de ONGs e organismos internacionais que

atuam no Brasil. Já o PSB questiona o fato de a demarcação indígena ter sido retirada da Funai e transferida para o Ministério da Agricultura.

Confederações e sindicatos de trabalhadores são os autores mais frequentes de ações contrárias à medida provisória que reforçou o caráter facultativo da contribuição sindical. Editada em março, a MP impôs o pagamento do contribuição através de boleto bancário, proibindo o desconto em folha. A iniciativa também foi questionada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

**Insensibilidade.** O ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), André Luiz de Almeida, defendeu ao **Estado** a adoção de medidas de reestruturação do Estado para tornar a máquina mais enxuta e eficiente. “Precisamos ter um País que seja capaz de lidar com uma estrutura administrativa mais próxima da sua real necessidade e a judicialização dessas questões significa uma insensibilidade com essa necessidade do Estado brasileiro”, disse o ministro. “Tenho convicção de que o Supremo validará as decisões até aqui tomadas.”

15 ABR 2019

# O ESTADO DE S. PAULO

## AGU defende legalidade de inquérito das ofensas ao STF

*Fausto Macedo  
Luiz Vassallo*

A Advocacia-Geral da União defendeu, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), a legalidade do inquérito aberto para investigar fake news e ofensas a ministros da Corte. O parecer datado de 3 de abril pede a improcedência de uma ação movida pela Rede Sustentabilidade, que comparou o procedimento, conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes, ao Ato Institucional n.º 5, de 1968 – que, entre outras medidas, instaurou a censura, proibiu manifestações políticas e fechou o Congresso.

No dia 21 de março, o ministro Alexandre de Moraes, relator, determinou medidas de busca e apreensão no âmbito da investigação. As ações foram cumpridas pela Polícia Federal em endereços de suspeitos em São Paulo e Alagoas. Moraes designou dois delegados para trabalhar nas investigações, um da Polícia Civil de São Paulo, da divisão de inteligência da corporação que auxiliará nas investigações das redes, e outro da PF especializado em repressão a crimes fazendários.

O inquérito também é alvo de questionamento da procuradora-geral, Raquel Dodge, que questiona a competência da Corte para abrir e conduzir a investigação – ela quer saber quem são os alvos do processo. O Estado apurou que o inquérito não cita nomes, mas entre os alvos estão os procuradores Deltan Dallagnol e Diogo Castor, além de auditores da Receita Federal.

A ação da Rede diz que, “a prevalecer o objetivo por ele pretendido, a própria Suprema Corte estaria a editar, em pleno regime democrático, mecanismo de auspícios análogos ao do famigerado AI-5, dispondo de instrumental para intimidar livremente, como juiz e parte a um só tempo, todo aquele que ousar questionar a adequação moral dos atos de seus membros”.

Em parecer sobre a ação do partido, o advogado-geral da União, André Luiz Mendonça, a secretária-geral de Contencioso, Isabel de Andrade, e a advogada da união Carolina Vasconcelos defendem que o Supremo tem a prerrogativa para abrir e conduzir a investigação, o sigilo dos autos, e ainda rechaça o argumento de que o inquérito não possui alvos específicos.

Para a AGU, o presidente do STF, Dias Toffoli, agiu “dentro de sua atribuição de velar pelas prerrogativas da Corte e diligenciar pelo resguardo da integridade dos órgãos da instituição”.

# 15 ABR 2019

## O ESTADO DE S. PAULO

### A Previdência e os Estados

**N**os últimos anos, um consistente volume de dados sobre o estado das contas da Previdência tem sido publicado por fontes insuspeitas. As informações têm descartado a falaciosa tese segundo a qual o déficit do sistema previdenciário seria um “mito”. Hoje, só vocalizam tal disparate os mal informados ou os mal-intencionados. Pode-se debater que tipo de reforma da Previdência melhor serve ao País, mas não a premência com que ela deve se dar.

Tanto é assim que pesquisas de opinião revelam que o ânimo em favor da reforma da Previdência é muito melhor hoje do que há três anos, principalmente no Congresso Nacional.

Um estudo recém-publicado pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) – *A situação fiscal dos Estados brasileiros: o déficit da Previdência* – é mais um valioso documento que reafirma a necessidade da reforma. De acordo com o estudo, em mais da metade dos Estados (14) a remuneração média dos servidores aposentados supera a dos ativos. Os casos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina vão além e são críticos: nestes Estados, o número de inativos já é maior do que o de ativos.

A serem mantidas tais condições, vale dizer, sem haver a reforma da Previdência, a perspectiva de curto prazo é sombria para o País: insolvência da maioria dos Estados e colapso

dos serviços públicos.

A proposta de reforma da Previdência do governo de Jair Bolsonaro, ora em discussão no Congresso, prevê medidas para evitar este desfecho, como o aumento do tempo de contribuição dos servidores e das alíquotas de desconto para o funcionalismo público, tanto no plano federal como nos planos estadual e municipal. Não por acaso, uma das maiores resistências à aprovação da reforma vem justamente da categoria dos servidores públicos.

Os números da Firjan impressionam. O Amapá é o Estado que tem a pior relação entre a remuneração de ativos e inativos do País. Lá, a renda média mensal de um servidor aposentado é de R\$ 7,5 mil, 63% a mais do que recebe um servidor ativo, R\$ 4,6 mil. Em São Paulo, os servidores aposentados recebem, em média, R\$ 7,8 mil por mês. Os ativos, R\$ 10 mil. No Rio de Janeiro a remuneração é equivalente: R\$ 5,4 mil para servidores aposentados e R\$ 5,6 mil para ativos.

A despeito das gradações de salários e aposentadorias que são pagos em cada um dos Estados, está claro que a situação fiscal dos entes federativos beira o insustentável. Há casos em que a linha vermelha já foi cruzada há muito.

Um dado relevante que consta do estudo da Firjan é o chamado custo social do déficit previdenciário. A entidade dividiu o valor do déficit previdenciário de cada Estado pelo número de habitantes. Isto mos-

tra a quantia que cada cidadão deve despendar para cobrir esse rombo. Em São Paulo, o déficit por habitante é de R\$ 436. O caso mais discrepante é o do Rio Grande do Sul, onde há quase dois aposentados para cada servidor da ativa. Hoje, um gaúcho deve contribuir com R\$ 1.038 para tapar o buraco da Previdência em seu Estado.

Embora se trate de reforma inescapável, apenas alterar as atuais regras da Previdência não tem o condão de sanar as questões de fundo que degradaram as finanças da maioria dos Estados. Há um enorme desafio para os governadores e, não menos importante, para os parlamentares. Os efeitos benéficos da reforma da Previdência hão de vir no futuro, mas algo mais precisa ser feito já.

De imediato, os governadores têm de rever suas políticas de concessão de aumento salarial, gratificações e incorporações para os servidores. São medidas que comprometem a higidez das contas públicas agora e no futuro, já que, em geral, se projetam sobre a folha de inativos. A realização de novos concursos públicos há de ser igualmente revista.

No âmbito do Congresso, é necessário retomar o debate em torno do Projeto de Lei do Senado (PLS) 116/2017, que abre a possibilidade para demissão de servidores públicos por falta de desempenho. Um quadro funcional enxuto e eficiente seria um grande alívio para as contas estaduais e para o bem-estar dos cidadãos.

# DELEGADO ATIRA EM TENENTE

Redação  
jornalismo@tribunadoparana.com.br

O delegado da Polícia Civil do Paraná e presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Paraná (Adepol), Daniel Prestes Fagundes, atirou contra um oficial do Corpo de Bombeiros, o tenente Leonardo Andri Doris, no fim da madrugada deste domingo (14). O motivo pelo qual o delegado atirou no bombeiro ainda não está claro, pelo menos publicamente. O bombeiro levou apenas um tiro de raspão no braço e passa bem. Já o delegado foi detido, levado à Central de Flagrantes e liberado depois de prestar esclarecimentos.

Conforme registros da Polícia Militar, o delegado já tinha se envolvido em outra confusão com tiros, nas proximidades, antes de atirar contra o bombeiro, nesta segunda situação. A primeira delas ocorreu perto de um posto de combustíveis, na esquina das Ruas Vicente Machado e Brigadeiro Franco, por volta das 4h30. O delegado teria sido cercado por três rapazes, que queriam bater nele com um skate. Daniel teria se identificado como policial e, para escapar da agressão, teria dado três tiros para o chão. Em seguida, parou um carro de aplicativo que estava de passagem, para tirá-lo dali, e seguiu rumo à Rua Brigadeiro Franco.

## Do posto para o hotel

A Polícia Militar foi chamada e, enquanto procurava pelo autor dos disparos, recebeu novo chamado de que tinham ocorrido mais disparos de arma de fogo, desta vez na Rua Doutor Carlos de Carvalho. O oficial dos Bombeiros estava parado em uma calçada, aguardando também a chegada de um veículo de aplicativo, quando foi surpreendido pelo delegado, que saiu do carro, mandou o bombeiro correr e disparou a arma. O oficial correu, mas um estilhaço de bala acabou atingindo a parte interna do antebraço direito dele.

Segundo a assessoria dos Bombeiros, o tenente passa bem. O delegado, após cometer os disparos, entrou numa casa noturna, no início da Alameda Cabral, saiu por uma porta de emergência e entrou num hotel, onde foi encontrado num dos quartos pelos policiais. Quando viram que tratava-se de um policial civil, os PMs acionaram o Centro de Operações Policiais Especiais (Cope), que entrou no quarto e depois levou o delegado até à Central de Flagrantes, única delegacia da Polícia Civil, em Curitiba, que funciona no período noturno e finais de semana para acolher boletins de ocorrência e prisões em flagrante. Todos os envolvidos nas duas ocorrências subsequentes foram ouvidos e liberados.

A arma que o delegado portava, uma pistola calibre .40, foi recolhida.

## Investigação

Em nota, a Polícia Civil do Paraná (PCPR) informou no fim da manhã deste domingo que, segundo o delegado, não houve qualquer desentendimento prévio entre ele e o bombeiro militar. Sobre o disparo, o delegado também afirmou que o tiro teria ocorrido em direção ao chão, fazendo com que um estilhaço atingisse acidentalmente de raspão o braço do oficial que estava próximo.

Ainda de acordo com a PCPR, 'todos os fatos envolvendo o servidor, ocorridos nesta madrugada, serão apurados. Irregularidades, caso verificadas, serão punidas de acordo com a legislação vigente'.

A Adepol também se pronunciou em apoio ao delegado, na tarde deste domingo: 'A Associação dos Delegados de Polícia do Paraná vem a público manifestar seu apoio irrestrito ao associado e presidente da entidade, Dr. Daniel Prestes Fagundes, que se envolveu em uma ocorrência policial nesta madrugada. Após prestar os esclarecimentos, não houve prisão em flagrante. O delegado foi liberado e os fatos serão esclarecidos no inquérito policial. (A Associação acompanhará o desenrolar dos fatos.', diz a nota oficial.

15 ABR 2019

# BEMPARANÁ

## Prejuízo

O Tribunal de Justiça confirmou decisão de primeira instância que determinou o bloqueio de bens do atual prefeito de Porecatu (região Norte), Fábio Luiz Andrade (DEM). O bloqueio de bens foi determinado pela Justiça em resposta à ação por ato de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público. Segundo a investigação, o prefeito teria, de forma direcionada e por meio de contrato de comodato firmado sem autorização legislativa, permitido a instalação de negócio privado em propriedade do município.

## Bloqueio

A Vara da Fazenda Pública de Antonina (Litoral), determinou o bloqueio de bens do prefeito Jose Paulo Vieira Azim (PSC), no valor de R\$ 26.594,00. A decisão atende pedido do Ministério Público. Segundo a ação do MP, mesmo após ser intimado pessoalmente, o prefeito deixou de cumprir decisão judicial que determinou a regularização dos serviços do Centro de Atendimento Psicossocial (Caps) do município. Inquérito apurou que o Caps de Antonina está desativado no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e não possui equipe multidisciplinar mínima para assistir à população, além de outras irregularidades.

## Médicos

Decisão judicial transitada em julgado determinou a regularização do Caps, impondo a contratação de mais um médico com formação em saúde mental, um enfermeiro, em psicólogo, um pedagogo e um assistente social, além de quatro profissionais de nível médio (técnico e/ou auxiliar de enfermagem, técnico administrativo, técnico educacional e artesão). No entanto, o município não agiu para obedecer a sentença da Justiça.

## Visitas íntimas

O deputado Soldado Adriano José (PV) apresentou na Assembleia Legislativa um projeto de lei que proíbe visitas íntimas na penitenciárias do Paraná. O parlamentar argumenta que não há previsão legal garantindo as visitas íntimas aos detentos do sistema carcerário nacional. Lembra que estas visitas só acontecem por ser uma política carcerária recomendada em uma resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP).

## Facções

Ainda segundo o deputado, a iniciativa não decorre somente pelo descontentamento da sociedade com essa situação, mas, principalmente, como medida de segurança. Ele afirma que, muitas vezes os momentos das visitas íntimas são utilizadas pelas facções criminosas para troca de informações, planejar rebeliões, e que até mesmo os presidiários utilizam essas ocasiões para deflagrá-las.

# BEM PARANÁ 15 ABR 2019

## Delegado atira em bombeiro no Centro de Curitiba e vira alvo de inquérito policial

### Presidente da Adepol chegou a ser detido na Central de Flagrantes, mas foi liberado porque não houve flagrante

Depois de atingir um tenente do Corpo de Bombeiros com um tiro no fim da madrugada de ontem, o presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná (Adepol), delegado de Polícia Civil Daniel Prestes Fagundes, foi liberado na delegacia. Fagundes foi ouvido na Central de Flagrantes, no Centro de Curitiba.

Em nota, a Adepol manifestou "seu apoio irrestrito ao associado e presidente da entidade, Dr. Daniel Prestes Fagundes, que se envolveu em uma ocorrência policial nesta madrugada". A nota informa que "após prestar os esclarecimentos, não houve prisão em flagrante. O delegado foi liberado e os fatos serão esclarecidos no inquérito policial".

O presidente da Adepol foi preso após atirar contra um oficial dos bombeiros no Centro de Curitiba. De acordo com a Polícia Militar (PM), o delegado desceu de um carro de aplicativo e ao ver o tenente, que esperava um motorista de aplicativo, disse para ele correr. Em seguida, o delegado atirou contra o bombeiro.

Segundo a Polícia Civil, não houve desentendimento e o disparo teria sido para o chão, não em direção ao bombeiro. Um estilhaço teria atingido o rapaz, que só percebeu que estava machucado quando corria. Depois dos disparos, Fagundes entrou em uma boate, e em seguida em um hotel que foi cercado por policiais militares. A PM identificou a entrada do delegado por ele ter pagado o quarto com cartão de crédito. Ele estava acompanhado de uma mulher. Depois de abordado pelos PMs, ele foi detido. Testemunhas também foram ouvidas na Central de Flagrantes. Segundo elas, o delegado estava bem alterado no momento da ocorrência.

Antes de atirar contra o bombeiro, Fagundes teria brigado com três pessoas em um posto de combustíveis na Rua Brigadeiro Franco, na esquina com a Avenida Vicente Machado. Testemunhas disseram que ele também efetuou disparos na ocasião. Ele teria dito à PM que três homens teriam tentado o agredir com skates, o que motivou os disparos "de aviso". Para sair do local, o delegado teria ainda "rendido" um motorista de aplicativo que o levou até o local onde atirou contra o tenente dos bombeiros.

A Polícia Civil divulgou nota sobre a ocorrência: "A Polícia Civil do Paraná (PCPR) informa que, segundo o servidor, não houve qualquer desentendimento prévio entre este e o bombeiro militar. O disparo de arma de fogo teria ocorrido em direção ao chão, sendo que estilhaço veio a atingir acidentalmente de raspão o braço do oficial que estava próximo. Todos os fatos envolvendo o servidor, ocorridos nesta madrugada, serão apurados. Irregularidades, caso verificadas, serão punidas de acordo com a legislação vigente".

13 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

# Nucria investiga estupros de vulnerável com uso de coquetel

Seis mandados de busca e apreensão foram cumpridos nesta sexta-feira (12) em Londrina e Rolândia; uma das residências fica em um condomínio de luxo



*“É preciso alertar sobre a oferta de bebidas de forma simpática. É preciso desconfiar sempre”, aponta a delegada Livia Pini*

**CONTINUA**

Micaela Orikasa

Reportagem Local

**O** Nucria (Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes) cumpriu seis mandados de busca e apreensão na manhã desta sexta-feira (12) para apurar a prática de crime de estupro de vulnerável com o uso do "Boa Noite, Cinderela". As investigações começaram há um ano, com o apoio do Ministério Público, após uma prisão em flagrante em um caso envolvendo duas vítimas. Na ocasião, o médico perito atestou em laudo que havia fortes indícios de fornecimento de bebida alcoólica com sedativos, em razão da condição psicológica das vítimas. Sobre este caso, o Nucria ainda aguarda os exames toxicológicos que são realizados em Curitiba.

Dos imóveis que foram alvos na sexta (12), cinco são em Londrina, sendo uma residência em um condomínio de luxo, e um em Rolândia (Região Metropolitana de Londrina). Sem dar muitos detalhes, já que as investigações correm em sigilo, a delegada do Nucria, Lívia Pini, disse que foram recolhidos aparelhos celulares, computadores e três medicamentos sedativos. "Todo o material será encaminhado para a perícia para dar andamento às investigações, inclusive os medicamentos. Também encontramos uma arma de fogo com registro", afirmou.

Desde o início do ano, o Nucria já registrou três casos de estupro de vulnerável com a suspeita de uso do "Boa Noite, Cinderela". Em geral, a delegada conta que as vítimas têm muita dificuldade em lembrar os fatos e chegam a duvidar que algo aconteceu. "Por esse motivo, muitas acabam não registrando a ocorrência. Às vezes, elas até relatam que tiveram contato com sujeito do sexo masculino, [lembram] de terem ingerido bebida alcoólica e de estarem em festas, mas muitas até dizem não sentir que foram vítimas de um ato sexual. No entanto, a desorientação e essa lacuna de memória recente são características do 'Boa Noite, Cinderela'", comentou.

### PREVENÇÃO

A melhor forma de evitar esse crime é orientando crianças e adolescentes. A delegada recomenda que os pais conversem com os filhos sobre a existência dessa prática, especialmente quando vão a festas pequenas com grupos de amigos de amigos. "Também é preciso alertar sobre a oferta de bebidas de forma simpática. É preciso desconfiar sempre."

Como a característica do "Boa Noite, Cinderela" é a desorientação e a maioria das vítimas não se recorda do ocorrido, a delegada reforça que mesmo diante de uma incerteza é fundamental fazer a denúncia à polícia

e passar por exame no IML (Instituto Médico Legal). "Todas as medidas cabíveis serão tomadas, inclusive de profilaxia", disse. O crime de estupro de vulnerável prevê de 8 a 15 anos de reclusão. "Sendo ministrada a droga ou não, pelo simples fato da vítima estar em situação de vulnerabilidade por ter ingerido bebida alcoólica já é possível a caracterização de crime de estupro de vulnerável", pontuou.

### SERVIÇO

Nucria

Horário de funcionamento -

Segunda a sexta-feira, das 8h30 às 12h e das 13h30 às 18h

Onde - Rua Gago Coutinho, 833

Telefone - (43) 3325-6593

Denúncias podem ser feitas em qualquer delegacia de polícia

## CONTINUA

# Droga usada no crime atua no sistema nervoso central

Vitor Ogawa

Reportagem Local

De acordo com a delegada do Nucria (Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes), Lívia Pini, existe uma dificuldade na apuração dos casos de estupro mediante o uso do "Boa Noite, Cinderela" porque a substância (sedativo) usada no crime permanece pouco tempo no organismo. Mesmo assim, ela revela que as investigações apontam para o uso dessas substâncias entorpecentes para sedar as vítimas. "Temos os indícios clínicos que são relevantes", garantiu.

O gerente técnico científico do CRF/PR (Conselho Regional de Farmácia do Paraná), Jackson Rapkiewicz, explica que a partir do consumo, dependendo do tipo, a droga acaba sumindo do organismo. "O corpo começa a metabolizar a droga a partir do momento em que é ingerida. Os medicamentos que possuem efeito mais rápido são eliminados rapidamente. Aqueles que demoram mais para fazer efeito ficam mais tempo no corpo", ressaltou. Ele explica que muitas vezes quando a vítima recupera a consciência, até se dar conta do que ocorreu e se deslocar para fazer a queixa, passa muito tempo. "E depois tem que retirar a amostra para realizar o

exame e quando isso acontece o nível não está detectável", expõe.

Segundo Rapkiewicz, vários medicamentos disponíveis no mercado são sedativos e quando associados com álcool atuam como depressor do sistema nervoso central. "Isso provoca sonolência exagerada. Geralmente são medicamentos utilizados para induzir o sono, mas existem medicamentos de outras categorias que também causam sonolência, como alguns antidepressivos ou antialérgicos", enumerou. Existe a possibilidade desses criminosos fazerem uso próprio desses medicamentos e possuírem a receita médica para comprá-los. "Algumas drogas nem têm necessidade de receita, mas aqueles de ação pronunciada só com receita médica", apontou.

Rapkiewicz acredita que muitos criminosos adquirem essas drogas em mercados paralelos, principalmente pela internet. "A gente não sabe a procedência disso e nem de como foi produzido. Geralmente são frutos de contrabando."

Ele alerta para o risco de morte pela ingestão desses sedativos. "O ator Heath Ledger (que viveu o Coringa no filme "Batman - O Cavaleiro das Trevas") morreu pela associação de vários sedativos", relembra.

O professor de toxicologia do curso de Farmácia da PUCPR, Sérgio Fontoura, destaca que a mistura de duas substâncias depressoras do sistema nervoso aumenta o efeito. "A pessoa fica sujeita a ser vítima de crimes como estupro, roubo, ou algo que a vítima fique menos alerta. Alguns desses medicamentos podem causar amnésia e o criminoso aproveita isso para diminuir o risco de ser identificado", apontou.

Segundo Fontoura, existem estudos para a criação de um canudo que muda de cor ao reagir com a droga, mas isso ainda não está disponível no mercado. "Quem sabe daqui alguns anos esse produto esteja disponível", projetou.

13 ABR 2019

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### Reforma shazam

A União vai descarregar na reforma da Previdência, além dos problemas específicos, outros que agravam a despesa pública, entre eles o da judicialização da saúde em função das decisões judiciais na distribuição de remédios a pacientes da rede pública. Na proposta em exame se firma o princípio de que nenhum benefício administrativo, lei ou decisão judicial, se concederá sem a indicação da “correspondente fonte de custo total”. A medida tenta dar um drible nas práticas atuais que implicaram em 2018 num dispêndio de R\$ 1,4 bilhão. Juristas contestam a constitucionalidade do arranjo.

### OPINIÃO DO LEITOR

#### Injustiça eleitoral

Se um candidato recebe propina – caixa 2 – para fazer a sua campanha eleitoral, e acaba por se eleger por força da “campanha” diferenciada que fez, é como se fosse um candidato de um concurso que colou na prova, ou seja, “roubou” a vaga de outro. E o que faz a Justiça Eleitoral se provocada a se manifestar? Faz o que todos sabemos, nada. Eu digo “nada” porque fazer de forma morosa e permitir que o candidato caloteiro assuma é tornar sem efeito o que ela (Justiça) possa vir declarar oportunamente. Então é de suma importância que a análise de questões como a acima citada tenha seu curso de forma célere e com prioridade absoluta sobre tudo, ao mesmo tempo que o candidato “vencedor” seja liminarmente impedido de assumir até que se conclua a investigação. E, para concluir, uma vez detectada a irregularidade na campanha eleitoral, que se empossasse imediatamente o próximo mais votado e jamais o vice do candidato caloteiro, vez que esse também fora beneficiado pela enganação do eleitor. Possível solução? Talvez boa vontade em querer fazer as coisas de modo especial, não permitindo – principalmente nesse caso – as tais chicanas para procrastinar andamentos.

JOSÉ ROBERTO BRUNASSI, advogado (Londrina)

15 ABR 2019

FOLHA DE LONDRINA

# O combate à corrupção deve ser uma prática diária

**C**ompliance, acordos de leniência e transparência administrativa são conceitos que passaram a fazer parte do vocabulário do brasileiro desde o início da Operação Lava Jato, cinco anos atrás. Nas últimas eleições, no ano passado, essas práticas utilizadas para combater a corrupção foram amplamente adotadas com pautas dos candidatos, conscientes de que ao lado da educação e da segurança, o assalto aos cofres públicos é uma das grandes preocupações dos brasileiros.

No Paraná, o governador Ratinho Junior também se elegeu propondo administrar o Estado utilizando as ferramentas de compliance, que buscam aumentar a transparência em todos os níveis. Há poucos dias, um grande passo foi dado, com a consolidação de um acordo de leniência entre o governo do Paraná e a Ouro Verde Locação e Serviços. A expectativa é que por meio dele, sejam devolvidos aos cofres do Estado R\$ 33 milhões.

A empresa foi investigada no âmbito da Operação Rádio Patrulha e o acordo foi proposto pelo MP (Ministério Público) do Paraná com aval da CGE (Controladoria-Geral do Estado). No caso da Ouro Verde, o MP constatou o pagamento de propina a agentes públicos e lavagem de dinheiro, de 2012 a 2014, para direcionamento de licitação na compra de maquinário para o programa Patrulha do Campo.

Em entrevista à FOLHA, o controlador-geral do Estado, Raul Siqueira, disse que é o primeiro acordo firmado com o Executivo. Mas lembrou que o atual governo promete buscar reparação em outros danos causados por empresas suspeitas de corrupção.

Uma lei que entrou em vigor em 2013 é uma grande aliada no combate à corrupção. Trata-se da Lei Federal 12.846, conhecida como Lei Anticorrupção ou Lei Empresa Limpa, que tem como principal objetivo responsabilizar pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração para empresas que mantêm contrato com o governo. Essa legislação é uma forma importante de fazer as empresas que prestam serviços ao poder público implantar políticas de compliance e de integridade. Cabe aos dois lados tomar uma atitude preventiva e identificar riscos nos processos a fim de coibir ações ilícitas e cortar o mal pela raiz. Lembrando sempre que para ter sucesso, o compliance precisa entrar na rotina diária das empresas e dos diversos setores da gestão pública.

13 ABR 2019

# IMPACTO PARANÁ

OGIER BUCHI

**FRANCISCO PINTO RABELLO FILHO, DESEMBARGADOR**

Conheço há trinta anos! Respeito e respeito porque aplica a lei. Conhece Direito. Mestre e Doutor em Direito esta no Tribunal desde 2006. Não há como aceitar que as decisões judiciais sejam tratadas com vulgaridade e sejam submetidas ao "pode isto Arnaldo"! Desconforta-me e muito o julgamento açodado da judicatura que esta em moda! Nesta etapa convivemos com torcidas, e toda decisão por amparada que seja que não agrada a uma das torcidas, e esta disparada à desconstrução de histórias e carreiras inteiras! Não podemos mais conviver com isto!

15 ABR 2019

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# STM mantém prisão de militares acusados de matar músico

O ministro do Superior Tribunal Militar (STM) e general de Exército Lúcio Mário de Barros Goes decidiu nas sexta-feira manter a prisão preventiva de nove militares acusados de atirar contra um carro, matar um homem e ferir duas pessoas, no Rio de Janeiro, no último dia 7.

O magistrado entendeu que não há irregularidades na decisão da Justiça Militar no Rio que determinou a prisão dos integrantes do Exército, que faziam o patrulhamento da localidade. “Destacou a referida autoridade judiciária que, no caso em tela, foram desrespeitadas as regras de engajamento que devem pautar a atuação dos militares, o que culminou na prática delitiva”, afirmou.

O músico Evaldo dos Santos Rosa foi morto em uma operação do Exército, em Guadalupe, na zona oeste da cidade. O carro em que estava a família foi atingido por mais de 80 tiros disparados pelos militares. Evaldo, a mulher, o filho de 7 anos, o sogro e uma amiga da família estavam indo para um chá de bebê.